



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

João Pessoa, 16 de maio de 2025 \* nº 0775 \* Pág. 001/048



PAÇO MUNICIPAL

### ATOS DO PREFEITO



LEI ORDINÁRIA Nº 15.516, DE 15 DE MAIO DE 2025.

#### AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SEINFRA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial para inclusão de novas: Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na Estrutura Orçamentária da Secretaria de Infraestrutura no valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na forma abaixo discriminada:

11.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
11.101 – SEINFRA – AÇÕES DE GOVERNO

25.752.5115.111082 – IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO, EFICIENTIZAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.50 – TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

751 – RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

R\$  
.....70.000.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do Crédito Especial de que trata o artigo anterior, correrão por conta do de anulação de Dotação Orçamentária e do Superávit Financeiro dos Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de João Pessoa em 31/12/2024, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação a seguir:

11.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
11.101 – SEINFRA – AÇÕES DE GOVERNO

R\$  
25.752.5115.111082 – IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO, EFICIENTIZAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.50 – 1.751 ..... 6.600.000,00

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL – PMJP COSIP EM 31/12/2024 – 2.751 .....63.400.000,00

TOTAL GERAL .....70.000.000,00

Art. 3º A nova Modalidade de Aplicação e nova Fonte de Recurso referenciadas no artigo 1º, serão alocadas na programação constante do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício financeiro de 2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 15 de maio de 2025; 137º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 15.517, DE 15 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO FINANCEIRO-EDUCACIONAL, INICIATIVA FUTURO, PÉ-DE-MEIA MUNICIPAL, NA MODALIDADE DE POUPANÇA, AOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei institui o programa de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, Iniciativa Futuro - Pé-de-meia Municipal, destinado a fomentar a frequência regular dos estudantes, buscando a melhoria dos índices de aprendizagem, a sua vinculação em atividades curriculares integradoras no contraturno escolar e a conclusão do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa.

§ 1º São elegíveis, ao incentivo de que trata esta Lei, os estudantes regularmente matriculados no 8º e 9º anos do ensino fundamental, na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa.

§ 2º Para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), são elegíveis ao incentivo os estudantes matriculados, no Ciclo IV da EJA, na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa que comprovem, por meio de documentação idônea, sua trajetória escolar de ciclo III ou etapa equivalente anterior, em instituição pública de ensino municipal ou estadual.

§ 3º A comprovação da condição de egresso do ciclo ou etapa da EJA anterior, deverá ser realizada por meio de documentos oficiais, tais como histórico escolar, ou outros registros acadêmicos que atestem a progressão do estudante dentro da EJA na rede pública, conforme estabelecido em normatização específica.

§ 4º A elegibilidade ao incentivo de que trata esta Lei obedecerá a critérios de adesão regulamentados em norma específica, em especial:

I - a matrícula em escola de tempo integral, para estudantes de Ensino Fundamental, 8º e 9º anos;

II - a participação em iniciativas de ampliação da carga horária escolar e vinculação estudantil em atividades curriculares integradoras no contraturno escolar;

III - a matrícula no ensino fundamental articulada com a educação tecnológica, de forma integrada ou simultânea.

IV - a matrícula, a frequência e a participação no Projeto de Leitura Literária, para estudantes da modalidade da EJA, Ciclo IV.

Art. 2º São objetivos do incentivo financeiro-educacional, Pé-de-meia Municipal, destinado a promover a permanência, a participação em atividades pedagógicas ampliadas e a conclusão escolar dos estudantes matriculados nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e do Ciclo IV da EJA:

I - Ampliar o tempo pedagógico e garantir a vinculação e a participação dos estudantes em atividades curriculares integradoras no contraturno;

II - Implementar de maneira gradativa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área de Computação, bem como incentivar a prática de metodologias ativas nas escolas da rede pública municipal;

III - Promover o protagonismo estudantil, fortalecendo a autonomia e a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem;

IV - Reduzir a infrequência e a evasão escolar;

V - Melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes por meio de ações pedagógicas de fortalecimento da aprendizagem;

VI - Contribuir para a erradicação do trabalho infantil, promovendo a permanência dos estudantes nas escolas e fortalecendo a renda familiar por meio do incentivo financeiro-educacional.

VII - Valorizar a diversidade e a inclusão educacional, assegurando a participação equitativa e o respeito às diferenças;

VIII - Estimular a prática de atividades esportivas e artísticas, fortalecendo as potencialidades culturais e motoras dos estudantes;

IX - Incentivar práticas que desenvolvam cidadania, habilidades socioemocionais e solidariedade, promovendo o bem-estar socioemocional dos estudantes;

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8821>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8821>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8821>





X - Promover o envolvimento familiar e comunitário na vida escolar do estudante, fortalecendo os laços entre a escola, a família e a comunidade.

**Art. 3º** O acesso dos estudantes ao incentivo financeiro-educacional, bem como a permanência no programa, de que trata esta Lei obedecerão aos seguintes requisitos, conforme disposto em regulamento próprio:

I - efetivação da matrícula no início de cada ano letivo;

II - frequência escolar mínima de 90% (noventa por cento) do total de horas letivas mensais;

III - cumprimento dos requisitos de permanência estabelecidos no regulamento do programa de incentivo-financeiro, Pê-de-meia Municipal;

IV - conclusão do ano letivo com aproveitamento de aprendizagem;

V - para os estudantes do 8º e 9º ano do ensino fundamental, a participação em todos os exames de avaliação interna e externa, realizados na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa;

VI - para os estudantes do 8º ano, conclusão do ano letivo e ingresso no 9º ano do ensino fundamental;

VII - para os estudantes do 9º ano, conclusão do ensino fundamental e ingresso com matrícula no ensino médio;

VIII - para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) elegíveis ao incentivo, participação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) e matrícula na etapa correspondente do ensino médio na modalidade EJA ou ensino médio Regular.

**§ 1º** A verificação dos requisitos de que trata este artigo e a operacionalização do incentivo de que trata esta Lei ficarão sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) do município de João Pessoa.

**§ 2º** O incentivo de que trata esta Lei não será considerado para fins de cálculo da renda familiar para acesso a outros benefícios socioassistenciais.

**Art. 4º** As direções das escolas municipais deverão colaborar com a execução do incentivo previsto nesta Lei, viabilizando a adesão dos estudantes ao Programa e prestando as informações que a SEDEC demandar para controle e acompanhamento do Programa.

**Art. 5º** Os valores, de que trata esta Lei serão distribuídos da seguinte forma:

I - o Programa poderá conceder aos estudantes um valor total de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme as seguintes modalidades:

a) para os estudantes eleitos como Líderes de Turma, Presidentes dos Clubes e Líderes dos Grêmios, poderá ser pago até R\$ 3.000,00 (três mil reais) pela conclusão do 8º ano e até R\$ 3.000,00 (três mil reais) pela conclusão do 9º ano;

b) para os demais estudantes devidamente inscritos no Programa, que não se enquadram no inciso I, a, poderá ser pago até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela conclusão do 8º ano e até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela conclusão do 9º ano ou Ciclo IV da EJA;

c) para todos os estudantes que estejam dentro dos critérios do Programa e concluíram o 9º ano ou o Ciclo IV, após a comprovação da matrícula no ensino médio, poderá ser pago R\$ 1.000,00 (mil reais), como incentivo à transição e continuidade de sua vida acadêmica.

II - Os valores descritos no inciso I, deste artigo, serão pagos da seguinte forma:

a) R\$ 1.000,00 (mil reais) pagos ao final do ano letivo, após a conclusão com aproveitamento do 8º ano e confirmada a renovação da matrícula, na Rede, para o 9º ano; e ao final do 9º ano, ou Ciclo IV da EJA, após a conclusão do Ensino Fundamental e ingresso na etapa de ensino subsequente;

b) R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pagos em até 10 parcelas para os estudantes que se enquadram na alínea "a" do inciso I, após a validação da adesão do estudante ao Programa;

c) R\$ 1.000,00 (mil reais) pagos em até 10 parcelas para os estudantes que se enquadram na alínea "b" do inciso I, após a validação da adesão do estudante ao Programa;

d) R\$ 1.000,00 (mil reais), pagos como incentivo à transição dos estudantes que concluíram o ensino Fundamental e estão ingressando no ensino médio, após a confirmação de suas matrículas.

**Art. 6º** As formas de pagamento e os critérios de operacionalização, saque e utilização do incentivo de que trata esta Lei serão estabelecidos em regulamentação própria.

**§ 1º** Os valores do incentivo de que trata esta Lei serão depositados em conta a ser aberta em nome do estudante, de natureza pessoal e intransferível, inclusive para os responsáveis pelo estudante, sem prejuízo da necessidade de representação ou assistência, em caso de incapacidade absoluta ou relativa.

**§ 2º** Para a operacionalização da conta de que trata o § 1º deste artigo, será possível a utilização da conta do tipo poupança social digital, nos termos da Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020.

**§ 3º** Os aportes vinculados aos requisitos de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 3º desta Lei serão realizados até 10 (dez) vezes ao longo de um ano letivo completo, sendo um primeiro aporte concedido a partir da adesão ao programa e até 9 (nove) aportes subsequentes, distribuídos ao longo dos meses de participação do estudante.

**§ 4º** O número total de aportes, de que trata o § 3º deste artigo será proporcional ao tempo de permanência do estudante no programa, de modo que aqueles que tenham feito adesão ao programa após o início do ano letivo, ou que tenham períodos de interrupção no cumprimento dos requisitos, poderão receber um número reduzido de parcelas. Além disso, os aportes poderão ser temporariamente bloqueados caso o estudante não atenda aos critérios estabelecidos na regulamentação própria, sendo liberados somente após a regularização da sua situação.

**§ 5º** Ao final do ano letivo, será concedido um aporte adicional vinculado à conclusão da etapa letiva, conforme os incisos IV, VII e VIII do art. 3º. O valor desse aporte será conforme descrito no Art. 5º desta Lei, garantindo um incentivo à participação efetiva do estudante no programa e continuidade de sua vida acadêmica.

**§ 6º** Os aportes vinculados aos requisitos de que tratam os incisos VI e VII do art. 3º desta Lei somente poderão ser resgatados após a obtenção do certificado de conclusão do ensino fundamental ou da EJA respectiva a essa etapa, além da matrícula na etapa de ensino subsequente (ensino médio ou EJA equivalente).

**§ 7º** Em caso de não cumprimento dos requisitos de que trata o art. 3º ou de desligamento do estudante, somente os valores dos incentivos depositados em conta em nome do estudante relativos à conclusão da etapa de ensino (ensino fundamental ou EJA correspondente) e à participação nos exames requeridos retornarão ao orçamento municipal ou à destinação específica estabelecida pela Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), conforme regulamentação desta Lei.

**§ 8º** Os efeitos do não cumprimento dos requisitos antes da conclusão do ensino fundamental e as hipóteses de desligamento do estudante do incentivo de que trata esta Lei serão definidos em regulamento próprio.

**Art. 7º** Para fins de operacionalização do incentivo financeiro-educacional de que trata esta Lei, os recursos necessários serão previstos e alocados diretamente no orçamento anual do Município de João Pessoa, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDEC.



## Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: **Cícero de Lucena Filho**

Vice-Prefeito: **Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti**

Sec. de Gestão Governamental: **Rouger Xavier Guerra Junior**

Secretaria de Administração: **Ariosvaldo de Andrade Alves**

Secretaria de Saúde: **Luis Ferreira de Sousa Filho**

Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**

Secretaria de Planejamento: **Ayrton Lins Falcão Filho**

Secretaria de Finanças: **Brunno Sitonio Fialho de Oliveira**

Secretaria de Desenv. Social: **Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia**

Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**

Secretaria de Comunicação: **Janildo Jerônimo da Silva**

Controlad. Geral do Município: **Diego Fabrício Cavalcanti de Albuquerque**

Sec. de Direitos Humanos: **Marcio Diego Fernandes Tavares de Albuquerque**

Procuradoria Geral do Município: **Bruno Augusto Albuquerque da Nobrega**

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Jair de Queiroz Pires Júnior**

Sec. Munic. de Serv. Urbanos e Zeladoria: **Francisco Rinaldo M. de Figueiredo**

Secretaria de Cuidado e Proteção Animal: **Carlos Gustavo Gomes de Oliveira**

Secretaria da Receita: **Sebastião Feitosa Alves**

Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**

Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: **Vaulene de Lima Rodrigues**

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **José Freire Costa**

Secretaria de Turismo: **Vitor Hugo Peixoto Castellano**

Sec. de Políticas Públicas das Mulheres: **Virginia Maria P. Veloso Borges**

Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Marmuth de Souza Cavalcante**

Sec. da Ciência e Tecnologia: **Guido Lemos de Souza Filho**

Secretaria de Meio Ambiente: **Welson Araújo Silveira**

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: **Luiz Eduardo Menezes Soares**

Secretaria da Defesa Civil: **Kelson de Assis Chaves**

Supr. de Mobilidade Urbana: **Marcilio Pedro Siqueira Ferreira**

Auatq. Esp. Munic. de Limp. Urbana: **Ricardo Jose Veloso**

Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Agra**

Fundação Cultural de João Pessoa: **Antônio Marcus Alves de Souza**

Sec. Munic. Preserv., Revital. e Inov. do Centro Histórico: **Thiago N. de Lucena**

# DIÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**  
Designer Gráfico - **Emilson Diniz e Fábio Evangelista**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental  
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340  
Pabx: 83 3213.5277  
diariomjp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022  
Centro Administrativo Municipal  
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900  
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br



§ 1º A gestão e o pagamento do incentivo financeiro serão realizados diretamente pela SEDEC, conforme regulamentação específica.

§ 2º O Município poderá celebrar parcerias com entidades públicas ou privadas para viabilizar a complementação dos recursos ou a execução do incentivo, conforme legislação vigente.

Art. 8º A efetivação do pagamento dos incentivos financeiro-educacionais previstos neste instrumento ficará condicionada à abertura da conta bancária referida no §1º do art. 6º.

§ 1º A movimentação dos valores depositados será realizada diretamente pelo estudante titular da conta, mediante consentimento formal de seu responsável legal, quando exigido pela legislação vigente.

§ 2º A ausência injustificada do consentimento necessário por parte do responsável legal poderá acarretar a suspensão temporária do repasse dos incentivos financeiros-educacionais, até que a situação seja regularizada.

§ 3º Caberá ao estudante beneficiário, ou ao seu responsável legal, fornecer à SEDEC as informações e documentos necessários à abertura da conta, dentro dos prazos estabelecidos em normativa específica.

Art. 9º A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) será o agente financeiro executor responsável pela abertura, manutenção e gerenciamento das contas vinculadas ao Programa, dispensada a licitação para sua contratação, nos termos de contrato ou instrumento congêneres a ser firmado com o Município de João Pessoa, por meio da Secretaria de Educação e Cultura – SEDEC.

Art. 10. Compete à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de agente financeiro executor do Programa:

I – realizar a abertura de contas individuais e intransferíveis para os estudantes elegíveis ao Programa, com base nos dados enviados pela SEDEC;

II – garantir a segurança, rastreabilidade e eficiência no depósito dos valores, em conformidade com o cronograma de pagamentos;

III – assegurar o atendimento integral aos estudantes, inclusive em localidades de difícil acesso, promovendo inclusão bancária e acessibilidade digital;

IV – gerar e encaminhar relatórios periódicos à SEDEC, contendo informações consolidadas sobre os depósitos efetuados, contas abertas, movimentações e possíveis inconsistências.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDEC, na qualidade de contratante dos serviços de gestão financeira do Programa:

I – consolidar a relação nominal dos estudantes habilitados ao recebimento da bolsa e seus respectivos dados cadastrais, conforme previsto neste Decreto;

II – encaminhar ao agente financeiro executor, em tempo hábil, as informações necessárias para a abertura das contas e o processamento dos pagamentos;

III – acompanhar e fiscalizar a execução financeira do Programa, com base nos relatórios fornecidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;

IV – prestar apoio técnico e orientação às escolas e aos estudantes no tocante ao acesso às contas e à movimentação dos valores recebidos.

Art. 12. A escolha da Caixa Econômica Federal como agente financeiro do Programa justifica-se por sua condição jurídica de empresa pública com capital integralmente pertencente à União, por sua vinculação histórica e operacional ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e por sua expertise praticamente exclusiva na gestão financeira de programas sociais de grande escala — a exemplo do Bolsa Família e do Pé-de-Meia Federal. Soma-se a isso sua robusta infraestrutura tecnológica, sua ampla capilaridade nacional, seu elevado padrão de segurança na execução de operações sensíveis, e a disponibilidade exclusiva de contas do tipo GovConta, recurso essencial para garantir a vinculação direta, individualizada e protegida dos valores destinados aos estudantes beneficiários.

Art. 13. Para fins de operacionalização do incentivo de que trata esta Lei, os recursos necessários serão previstos e alocados diretamente no orçamento anual do Município de João Pessoa, sob responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC).

§ 1º A gestão e o pagamento do incentivo financeiro serão realizados diretamente pela SEDEC, conforme regulamentação específica.

§ 2º O município poderá celebrar parcerias com entidades públicas ou privadas para viabilizar a complementação dos recursos ou a execução do incentivo, conforme legislação vigente.

Art. 14. A autoridade competente municipal responsável pela área de educação procederá à avaliação dos resultados do incentivo à permanência e à conclusão escolar, com vistas a eventuais aperfeiçoamentos.

Art. 15. As eventuais despesas decorrentes do disposto nesta Lei serão de natureza discricionária e ficarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.

**Parágrafo Único.** Os valores dos incentivos financeiros poderão ser estabelecidos e reavaliados pelo Poder Executivo municipal, periodicamente, considerando-se a dinâmica socioeconômica do País, estado e município e estudos técnicos sobre o tema, nos termos do regulamento.

Art. 16. Fica criado, por meio desta lei, o Pé-de-Meia do Educador Municipal.

§ 1º Poderá participar do Programa que trata o caput deste artigo, o servidor da Rede Municipal de Ensino, ou não, que atuará como Coordenador de Acompanhamento Pedagógico do Estudante (CAPE).

§ 2º A operacionalização do Pé-de-Meia do Educador será realizada por meio de Convênio, formalizado através de Termo de Cooperação Técnica com a Agência de Inovação de João Pessoa - INOVATEC-JP.

§ 3º Todos os termos e condições necessários para o adequado funcionamento deste artigo serão detalhados nos documentos que compõem a elaboração do Convênio.

Art. 17. A relação dos estudantes contemplados com o incentivo financeiro educacional de que trata esta Lei será de acesso público, divulgada em meio eletrônico e em outros meios.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**, em 15 de maio de 2025; 137º da República.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito

Autoria: **Executivo Municipal**

LEI ORDINÁRIA Nº 15.518, DE 15 DE MAIO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA INICIATIVA FUTURO, PÉ-DE-MEIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Iniciativa Futuro, Pé-de-Meia Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, destinado a fomentar a frequência regular dos estudantes, buscando a melhoria dos índices de aprendizagem, a sua vinculação em atividades curriculares integradoras no contraturno escolar e a conclusão do ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, conforme estabelecido em ato normativo próprio.

Art. 2º São objetivos do Programa Iniciativa Futuro, Pé-de-Meia Municipal:

I – Ampliar o tempo pedagógico e garantir a participação em atividades curriculares integradoras no contraturno;

II – Implementar de maneira gradativa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área de Computação, bem como incentivar a prática de metodologias ativas nas escolas da rede pública municipal;

III – Promover o protagonismo estudantil, fortalecendo a autonomia e a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem;

IV – Reduzir a infrequência e a evasão escolar;

V – Melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes por meio de ações pedagógicas de fortalecimento da aprendizagem;

VI – Contribuir para a erradicação do trabalho infantil, promovendo a permanência dos estudantes nas escolas e fortalecendo a renda familiar por meio do incentivo financeiro-educacional;

VII – Valorizar a diversidade e a inclusão educacional, assegurando a participação equitativa e o respeito às diferenças;



VIII – Fomentar a educação 4.0, integrando tecnologias emergentes, como Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IoT) e Big Data, para preparar os estudantes para os desafios do futuro digital;

IX – Estimular a prática de atividades de iniciação científicas, esportivas e artísticas, fortalecendo as potencialidades culturais e motoras dos estudantes;

X – Incentivar práticas que desenvolvam cidadania, habilidades socioemocionais e solidariedade, promovendo o bem-estar socioemocional dos alunos;

XI – Promover o envolvimento familiar e comunitário na vida escolar do aluno, fortalecendo os laços entre a escola, a família e a comunidade.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**, em 15 de maio de 2025; 137º da República.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito

Autoria: **Executivo Municipal**

LEI ORDINÁRIA Nº 15.519, DE 15 DE MAIO DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, SIMPLIFICA A GESTÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEPLAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece a estrutura administrativa e organizacional da Secretaria de Planejamento do Município de João Pessoa.

**Art. 2º** A organização básica da Secretaria de Planejamento é a constante do Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** O detalhamento da organização da Secretaria de Planejamento corresponde ao quadro de cargos constantes do Anexo II e será complementado pelo regimento interno, o qual deverá ser aprovado mediante decreto expedido pelo Prefeito do Município.

**Art. 3º** O quadro de cargos em Comissão, criados para atender ao funcionamento da estrutura da Secretaria de Planejamento de João Pessoa, constante das Leis Ordinárias Municipais nº 10.429/2005, nº 14.378/2021, nº 14.559/2022, 15.012/2023 e Lei Complementar Municipal nº 146/2022, passa a vigorar, exclusivamente, com a estrutura detalhada no Anexo I desta norma.

**Art. 4º** Decreto poderá efetuar a alteração, mediante transformação, dos quantitativos e da distribuição dos atuais cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, da Secretaria de Planejamento, observados os respectivos valores de remuneração e desde que não implique aumento de despesa.

**Parágrafo único.** O disposto no caput deste artigo não se aplica às gratificações:

- a) cuja concessão, designação, nomeação, retirada, dispensa ou exoneração não possa ser realizada mediante ato discricionário da autoridade competente; e
- b) que componham a remuneração do cargo efetivo, do emprego, do posto ou da graduação, para qualquer efeito.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições contrárias.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**, em 15 de maio de 2025; 137º da República.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito

Autoria: **Executivo Municipal**

**ANEXO I**

**Art. 1º A Secretaria de Planejamento tem a seguinte estrutura básica:**

**I – órgãos de direção superior:**

- a) Secretário de Planejamento;
- b) Secretário Executivo de Programação Orçamentária;
- c) Secretário Executivo de Planejamento e Geotecnologia;
- d) Secretário Executivo de Controle e Licenciamento Urbano;

**II – órgãos de assessoramento:**

- a) Gabinete do Secretário de Planejamento;
- b) Assessoria de Integridade e Transparência;
- c) Assessoria de Comunicação;
- d) Procuradoria Setorial;

**III – órgãos de aconselhamento:**

- a) Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU;
- b) Conselho Diretor do Fundo de Urbanização – FUNDURB.

**IV – órgãos de atuação instrumental:**

- a) Diretoria de Administração e Finanças.

**V – órgãos e unidades administrativas subordinados à Secretaria Executiva de Programação Orçamentária:**

- a) Diretoria de Planejamento Orçamentário;
- b) Diretoria de Controle de Convênios.

**VI – órgãos e unidades administrativas subordinados à Secretaria Executiva de Planejamento e Geotecnologia:**

- a) Coordenadoria de Projetos Especiais;
  - 1. Assessoria Especial da Coordenadoria de Projetos Especiais.
- b) Coordenadoria da Unidade Executora de Planejamento Urbano;
  - 1. Diretoria de Avaliação Imobiliária;
  - 2. Diretoria de Engenharia;
  - 3. Diretoria de Arquitetura e Urbanismo;
- c) Coordenadoria da Unidade de Análise e Acompanhamento da Legislação Municipal;
  - 1. Assessoria Jurídica;
  - 2. Diretoria de Apoio ao Conselho e Comissões;
  - 3. Diretoria de Instrumentos de Política Pública;
  - 4. Diretoria de Análise e Acompanhamento de Legislação Municipal.
- d) Coordenadoria da Unidade de Geotecnologia e Cadastro Municipal;
  - 1. Diretoria de Cartografia;
  - 2. Diretoria de Geoprocessamento;
  - 3. Diretoria de Planejamento e Inteligência e Diagnóstico;
  - 4. Diretoria de Cadastro

**VII – órgãos e unidades administrativas subordinados à Secretaria Executiva de Controle e Licenciamento Urbano:**

- a) Assessoria Especial;
- b) Coordenadoria da Unidade de Controle de Uso do Solo;
  - 1. Assessoria Jurídica;
  - 2. Diretoria de Licenciamento Urbano;
  - 3. Diretoria de Fiscalização;
  - 4. Diretoria de Licenciamento Econômico;
- c) Coordenadoria da Unidade de Planejamento Administrativo e Legislação Urbanística;
  - 1. Diretoria de Análise e Planejamento Administrativo e de Legislação Urbanística;
  - 2. Diretoria de Acessibilidade;
  - 3. Diretoria de Desenvolvimento Administrativo.

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8821>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8821>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8821>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8821>





## ANEXO II

DESCRIÇÃO	QTD E	SIMBOLOGIA A
<b>DIREÇÃO SUPERIOR</b>		
1.1 Secretário de Planejamento	1	SMN-1
1.2 Secretário Executivo de Programação Orçamentária	1	SAD-1
1.3 Secretário Executivo de Planejamento e Geotecnologia	1	SAD-1
1.3 Secretário Executivo de Controle e Licenciamento Urbano	1	SAD-1
<b>ASSESSORAMENTO</b>		
2.1 Chefe de Gabinete	1	DAE-1
2.1.1 Secretário Pessoal do Secretário de Planejamento	1	DAE-1
2.1.2 Secretário Pessoal do Secretário Executivo	3	DAE-1
2.1.3 Assessor Jurídico	1	DAE-2
2.1.4 Assessor Especial	1	DAE-2
2.1.5 Assistente de Gabinete	8	DAS-3
2.1. Assessor de Gabinete	10	DAE-3
2.1.7 Assistente de Protocolo	2	DAI-1
2.2 Assessor de Integridade e Transparência	1	DAE-3
2.3 Assessor de Comunicação	1	DAE-3
2.3.1 Assistente de Mídias Digitais	1	DAS-3
2.3.2 Assistente de Design Gráfico	1	DAS-3
2.4 Procurador Setorial	-	-
2.4.1 Assessor Jurídico	4	DAE-3
2.4.2 Assistente Jurídico	2	DAS-1
<b>ACONSELHAMENTO</b>		
3.1 Conselho de Desenvolvimento Urbano - CDU	-	-
3.1.2 Secretário-Geral do CDU	1	DAS-3
3.2 Conselho Diretor do Fundo de Urbanização -	-	-
<b>FUNDURB</b>		
3.2.1 Secretário do FUNDURB	1	DAS-3
3.2.2 Gestor Financeiro do FUNDURB	1	DAS-1
<b>ATUAÇÃO INSTRUMENTAL</b>		
4.1 Diretor Administrativo e Financeiro	1	DAE-2
4.1.1 Chefe da Divisão de Finanças	1	DAS-1
4.1.1.1 Chefe da Seção de Contabilidade	1	DAI-1
4.1.1.2 Chefe da Seção de Empenhos	1	DAI-1
4.1.1.4 Chefe da Seção de Cotações	1	DAI-1
4.1.1.5 Chefe da Seção de Prestação de Contas	1	DAI-1
4.1.1.6 Chefe da Seção de Contratos	1	DAI-1
4.1.2 Chefe da Divisão de Administração	1	DAS-1
4.1.2.1 Chefe da Seção de Zeladoria	1	DAI-1
4.1.3 Chefe da Divisão de Transportes e Controle de Veículos	1	DAS-1
4.1.3.1 Chefe da Seção de Transportes	1	DAI-1
4.1.3.2 Chefe da Seção de Controle	1	DAI-1
4.1.2.3 Chefe da Divisão de Almoxarifado	1	DAS-1
4.1.2.3.1 Chefe da Seção de Apoio	1	DAI-1
4.1.2.3.2 Chefe da Seção de Insumos	1	DAI-1
4.1.2.4 Chefe da Divisão de Patrimônio	1	DAS-1
<b>SECRETARIA EXECUTIVA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		
5.1 Diretor de Planejamento Orçamentário	1	DAE-2
5.1.1 Chefe da Divisão Administrativa	1	DAS-1
5.1.2 Chefe da Divisão Financeira	1	DAS-1
5.1.3 Assessor Técnico – Orçamento Público	1	DAS-1
5.1.4 Assessor Técnico – Gestão Orçamentária	1	DAS-1
5.2 Diretor de Controle de Convênios	1	DAE-2
5.2.1 Chefe da Divisão de Acompanhamento Adm. Direta	1	DAS-1

Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21>

Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21>

5.2.2 Chefe da Divisão de Acompanhamento Adm. Indireta	1	DAS-1
<b>SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GEOTECNOLOGIA</b>		
6.2 Coordenador da Unidade de Planejamento Urbano	1	UEM-1
6.2.1 Diretor de Avaliação e Inspeção Imobiliária	1	DAE-2
6.2.1.1 Chefe da Divisão de Avaliação Predial	1	DAS-1
6.2.1.2 Chefe da Divisão de Avaliação Predial de Patrimônio	1	DAS-1
6.2.1.3 Chefe da Divisão de Avaliação Territorial	1	DAS-1
6.2.1.4 Chefe da Divisão de Vistoria e Laudos	1	DAS-1
6.1.1.5 Chefe da Divisão de Inspeção Predial	1	DAS-1
6.1.1.6 Chefe da Divisão de Processos	1	DAS-1
6.1.1.6.1 Chefe da Seção de Tramitação Interna	1	DAI-1
6.2.2 Diretor de Engenharia	1	DAE-2
6.2.2.1 Chefe da Divisão de Projetos de Infraestrutura	1	DAS-1
6.2.2.2 Chefe da Divisão de Projetos de Terraplenagem e Pavimentação	1	DAS-1
6.2.2.3 Chefe da Divisão de Projetos Estruturais – Concreto	1	DAS-1
6.2.2.4 Chefe da Divisão de Projetos Estruturais – Metálica e Madeira	1	DAS-1
6.2.2.5 Chefe da Divisão de Projetos Hidrossanitários	1	DAS-1
6.2.2.6 Chefe da Divisão de Projetos Elétricos	1	DAS-1
6.2.2.7 Chefe da Divisão de Projetos de Combate a Incêndio e SPDA	1	DAS-1
6.2.2.8 Chefe da Divisão de Projetos de Iluminação Pública	1	DAS-1
6.2.2.9 Chefe da Divisão de Projetos de Drenagem	1	DAS-1
6.2.2.10 Chefe da Divisão de Projetos de Rede Lógica	1	DAS-1
6.2.2.11 Chefe da Divisão de Documentação e Formatação	1	DAS-1
6.2.2.12 Chefe da Divisão de Levantamento Predial	1	DAS-1
6.2.2.13 Chefe da Divisão de Inspeção Predial	1	DAS-1
6.2.2.14 Chefe da Divisão de Orçamento Predial	1	DAS-1
6.2.2.15 Chefe da Divisão de Orçamento de Infraestrutura	1	DAS-1
6.2.2.16 Chefe da Divisão de Orçamento de Manutenção	1	DAS-1
Predial		
6.2.2.17 Chefe da Divisão de Projetos de Revestimentos	1	DAS-1
6.2.2.18 Chefe da Divisão de Projetos de Impermeabilização	1	DAS-1
6.2.2.19 Chefe da Divisão de Climatização	1	DAS-1
6.2.2.20 Chefe da Divisão de Avaliação e Reforma	1	DAS-1
6.2.2.21 Chefe da Divisão de Normatização e Controle	1	DAS-1
6.2.2.22 Chefe da Divisão de Análise	1	DAS-1
6.2.2.23 Chefe da Divisão de Controle de Auditoria Interna	1	DAS-1
6.2.2.24 Chefe da Divisão de Documentação e Formatação	1	DAS-1
6.2.2.24.1 Chefe da Seção de Tramitação Interna	1	DAI-1
6.2.3 Diretor de Arquitetura de Urbanismo	1	DAE-2
6.2.3.1 Chefe da Divisão de Projetos de Edificações Pequeno Porte	1	DAS-1
6.2.3.3 Chefe da Divisão de Projetos de Edificações de Grande Porte	1	DAS-1
6.2.3.2 Chefe da Divisão de Design de Interiores	1	DAS-1
6.2.3.4 Chefe da Divisão de Compatibilização e Acompanhamento	1	DAS-1
6.2.3.5 Chefe da Divisão de Levantamento Predial	1	DAS-1
6.2.3.6 Chefe da Divisão de Projetos Luminotécnicos	1	DAS-1
6.2.3.7 Chefe da Divisão de Produção e Finalização	1	DAS-1
6.2.3.8 Chefe da Divisão de Projetos de Equipamentos Urbanos – Praças	1	DAS-1
6.2.3.9 Chefe da Divisão de Projetos de Equipamentos Urbanos – Edificações	1	DAS-1
6.2.3.10 Chefe da Divisão de Projetos de Reforma e Ampliação	1	DAS-1
6.2.3.11 Chefe da Divisão de Antropologia	1	DAS-1
6.2.3.12 Chefe da Divisão de Urbanismo e Mobilidade Urbana	1	DAS-1
6.2.3.13 Chefe da Divisão de Levantamento e Análise	1	DAS-1
6.2.3.14 Chefe da Divisão de Normatização e Padronização BIM	1	DAS-1
6.2.3.15 Chefe da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural	1	DAS-1

Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21>

Assinado por 1 pessoa: CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21>



6.2.3.16 Chefe da Divisão de Pesquisa e Normatização	1	DAS-1
6.2.3.17 Chefe da Divisão de Projetos para Eventos	1	DAS-1
6.2.3.18 Chefe da Divisão de Projetos Acústicos	1	DAS-1
6.2.3.19 Chefe da Divisão de Projetos de Conforto Térmico		DAS-1
6.2.2.20 Chefe da Divisão de Processos		DAS-1
6.2.2.20.1 Chefe da Seção de Tramitação Interna		DAI-1
<b>6.3 Coordenador da Unidade de Geotecnologia e Cadastro</b>	1	UEM-1
6.3.0.0.1 Chefe da Seção de Agendamento	1	DAI-1
<b>6.3.1 Diretor de Cartografia</b>	1	DAE-2
6.3.1.1 Chefe da Divisão de Vistoria de Campo Externa	1	DAS-1
6.3.1.2 Chefe da Divisão de Vistoria de Campo Atualização	1	DAS-1
6.3.1.2 Chefe da Divisão de Produção e Atualização	1	DAS-1
6.3.1.3 Assistente Técnico	1	DAI-1
<b>6.3.2 Diretor de Geoprocessamento</b>	1	DAE-2
6.3.2.1 Chefe da Divisão de Desenvolvimento	1	DAS-1
6.3.2.2 Chefe da Divisão de Produção de Elementos e Base Cadastral	1	DAS-1
6.3.2.3 Chefe da Divisão de Publicação de Dados	1	DAS-1
6.3.2.4 Chefe da Divisão de Análise, Documentação e Padronização	1	DAS-1
6.3.2.5 Assistente Técnico	1	DAI-1
<b>6.3.3 Diretor de Planejamento, Inteligência e Diagnóstico</b>	1	DAE-2
6.3.3.1 Chefe da Divisão de Estatística e Dados	1	DAS-1
6.3.3.2 Chefe da Divisão de Análise e Diagnósticos	1	DAS-1
6.3.3.3 Chefe da Divisão de Mapas e Documentação	1	DAS-1
6.3.3.4 Assistente Técnico	1	DAI-1
<b>6.3.4 Diretor de Cadastro</b>	1	DAE-2
6.3.4.1 Chefe da Divisão de Patrimônio	1	DAS-1
6.3.4.1.1 Chefe da Seção de Cadastro e Documentação	1	DAI-1
6.3.4.1.2 Chefe da Seção de Controle de Uso	1	DAI-1
6.3.4.2 Chefe da Divisão Imobiliária	1	DAS-1
6.3.4.2.1 Chefe da Seção de Cadastro Habite-se	1	DAI-1
6.3.4.2.2 Chefe da Seção de Cadastro Uso do Solo	1	DAI-1
6.3.4.2.3 Chefe da Seção de Endereçamento	1	DAI-1
6.3.4.2.4 Chefe da Seção de Vistoria de Campo	1	DAI-1
6.3.4.3 Chefe da Divisão de Infraestrutura	1	DAS-1
6.3.4.3.1 Chefe da Seção de Cadastro de Concessionárias	1	DAI-1
6.3.4.3.2 Chefe da Seção de Cadastro Rede Viária	1	DAI-1
<b>6.3.5 Assistente Técnico</b>	1	DAI-1
<b>6.4 Coordenador de Projetos Especiais</b>	1	UEM-1
<b>6.4.1 Assessor Especial da Coordenadoria de Projetos Especiais</b>	5	DAE-2
<b>SECRETARIA EXECUTIVA DE CONTROLE E LICENCIAMENTO URBANO</b>		
<b>7.1 Coordenador da Unidade de Execução do Uso do Solo</b>	1	UEM-1
<b>7.1.1 Assessor Jurídico</b>	1	DAE-3
7.1.1.2 Assistente Jurídico	3	DAS-1
<b>7.1.2 Assistente Técnico</b>	1	DAI-1
<b>7.1.3 Diretor de Análise e Acompanhamento de Legislação Urbanística</b>	1	DAE-2
7.1.3.1 Chefe de Divisão de Mobilidade Urbana	1	DAS-1
7.1.3.2 Chefe de Divisão de Uso do Solo	1	DAS-1
7.1.3.3 Chefe de Divisão de Sustentabilidade	1	DAS-1
7.1.3.4 Chefe de Divisão de Edificações	1	DAS-1
<b>7.2.2 Diretor de Fiscalização</b>	1	DAE-2
7.2.2.1 Chefe da Divisão de Controle e Auditoria	1	DAS-1
7.2.2.1 Chefe da Divisão de Vistoria de Obras	1	DAS-1
7.2.2.1 Chefe da Divisão de Vistoria de Posturas	1	DAS-1
7.2.2.1 Chefe da Divisão de Vistoria de Urbanismo	1	DAS-1
7.2.2.1 Chefe da Divisão de Julgamentos	1	DAS-1
7.2.2.1 Chefe da Divisão de Acompanhamento de Processos	1	DAS-1

Assinado por: 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21> e informe o código 232D-A79C-51A8-8B21

D

Assinado por: 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21> e informe o código 232D-A79C-51A8-8B21

D

7.2.2.1.1 Chefe da Seção de Agendamentos	1	DAI-1
7.2.2.1.2 Chefe da Seção de Tramitação Interna	1	DAI-1
<b>7.2 Coordenador da Unidade de Licenciamento Urbano</b>	1	UEM-1
<b>7.2.1 Assessor Jurídico</b>	2	DAE-3
<b>7.2.2 Assistente Técnico</b>	1	DAI-1
<b>7.2.3 Diretor de Licenciamento Urbano</b>	1	DAE-2
7.2.1.0.1 Chefe da Seção de Arquivo	1	DAI-1
7.2.1.0.1 Chefe da Seção de Protocolo	1	DAI-1
7.2.1.0.1 Chefe da Seção de Padronização e Normatização	1	DAI-1
7.2.1.1 Chefe da Divisão de Análise de Projetos Privados	1	DAS-1
7.2.1.1.1 Chefe da Seção de Controle e Distribuição	1	DAI-1
7.2.1.1.2 Chefe da Seção de Análise Documental	1	DAI-1
7.2.1.1.3 Chefe da Seção de Edificações Residenciais Unifamiliares	1	DAI-1
7.2.1.1.4 Chefe da Seção de Edificações Residenciais Multifamiliares – Grupo 1	1	DAI-1
7.2.1.1.5 Chefe da Seção de Edificações Residenciais Multifamiliares – Grupo 2	1	DAI-1
7.2.1.1.6 Chefe da Seção de Edificações Comerciais	1	DAI-1
7.2.1.1.7 Chefe da Seção de Reformas e Ampliação	1	DAI-1
7.2.1.1.8 Chefe da Seção de Certidões	1	DAI-1
7.2.1.1.9 Chefe da Seção de Parcelamento Urbano – Loteamentos	1	DAI-1
7.2.1.1.10 Chefe da Seção de Parcelamento Urbano – Desmembramento e Remembramento	1	DAI-1
7.2.1.1.11 Chefe da Seção de ETRs (Estações Transmissoras de Radiocomunic.)	1	DAI-1
7.2.1.2 Chefe da Divisão de Análise de Impactos Viários	1	DAS-1
7.2.1.2.1 Chefe da Seção de Projetos em Vias Expressas e Arteriais	1	DAI-1
7.2.1.2.2 Chefe da Seção de Projetos em Vias Locais e Coletoras	1	DAI-1
7.2.1.3 Chefe da Divisão de Análise de Projetos Públicos	1	DAS-1
7.2.1.3.1 Chefe da Seção de Análise Documental	1	DAI-1
7.2.1.3.5 Chefe da Seção de Projetos Arquitetônicos	1	DAI-1
7.2.1.3.6 Chefe da Seção de Obras de Infraestrutura	1	DAI-1
7.2.1.4 Chefe da Divisão de Alvarás, Autorizações e Declarações	1	DAS-1
7.2.1.4.1 Chefe da Seção de Alvarás de Construção	1	DAI-1
7.2.1.4.2 Chefe da Seção de Obras Públicas e ETRs	1	DAI-1
7.2.1.4.3 Chefe da Seção de Processos Autodeclaratórios	1	DAI-1
7.2.1.4.4 Chefe da Seção de Inspeção Predial	1	DAI-1
7.2.1.5 Chefe da Divisão de Habite-se	1	DAS-1
7.2.1.4.1 Chefe da Seção de Vistoria Residencial Unifamiliar	1	DAI-1
7.2.1.5.2 Chefe da Seção de Vistoria Comercial	1	DAI-1
7.2.1.5.3 Chefe da Seção de Vistoria Residencial Multifamiliar	1	DAI-1
7.2.1.5.4 Chefe da Seção de Vistoria Residencial de Uso Misto	1	DAI-1
7.2.1.5.5 Chefe da Seção de Agendamento	1	DAI-1
7.2.1.5.6 Chefe da Seção de Tramitação Interna	1	DAI-1
<b>7.2.3 Diretor de Licenciamento Econômico</b>	1	DAE-2
7.2.3.0.1 Chefe da Seção de Agendamento	1	DAI-1
7.2.3.0.2 Chefe da Seção de Tramitação Interna	1	DAI-1
7.2.3.1 Assistente Jurídico	1	DAS-1
7.2.3.2 Chefe da Divisão de Análise e Informações de Viabilidade	1	DAS-1
7.2.3.3 Chefe da Divisão de Análise e Informações de Alteração Mercantil	1	DAS-1
7.2.3.4 Chefe da Divisão de Análise e Informações Locacionais	1	DAS-1
7.2.3.5 Chefe da Divisão de Fiscalização	1	DAS-1
7.2.3.4.1 Chefe da Seção de Vistoria	1	DAI-1
7.2.3.5.2 Chefe da Seção de Controle e Auditoria	1	DAI-1
7.2.3.5.3 Chefe da Seção de Acessibilidade Urbana	1	DAI-1

Assinado por: 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21> e informe o código 232D-A79C-51A8-8B21

D

Assinado por: 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21> e informe o código 232D-A79C-51A8-8B21

D



LEI ORDINÁRIA Nº 15.520, DE 15 DE MAIO DE 2025.

**ALTERA A LEI Nº 15.477, DE 19 DE MARÇO DE 2025, PARA CRIAR O CARGO DE DIRETOR VICE-PRESIDENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º A Lei nº 15.477, de 19 de março de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

*"Art. 7º A Diretoria Executiva da Fundação Campeões do Amanhã será composta pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Vice-Presidente, pelo Diretor Administrativo e Financeiro e pelo Diretor de Desporto, todos nomeados pelo Prefeito Municipal de João Pessoa."*

*"Art. 8º-A. Ao Diretor Vice-Presidente compete:*

- I. Coordenar a execução das estratégias definidas pela superintendência, supervisionando diretamente as equipes operacionais e técnicas.*
- II. Apoiar diretamente o superintendente na formulação e implementação de políticas e estratégias organizacionais, assumindo suas funções na ausência deste.*
- III. Garantir que as equipes técnicas desenvolvam atividades conforme planejado, solucionando problemas operacionais e garantindo excelência técnica.*
- IV. Monitorar os resultados operacionais através de relatórios de desempenho e indicadores-chave, promovendo ajustes e melhorias.*
- V. Coordenar as atividades internas entre departamentos e setores, facilitando a comunicação e o alinhamento estratégico dentro da instituição.*
- VI. Acompanhar diretamente projetos específicos ou estratégicos, assegurando a entrega no prazo, qualidade e orçamento previstos.*

*"Art. 26. O Conselho Fiscal será composto pelo Secretário de Juventude, Esporte e Recreação do Município de João Pessoa, pelo Procurador-Geral do Município de João Pessoa e pelo Secretário de Finanças do Município de João Pessoa."*

*§ 1º A presidência do Conselho Fiscal será exercida pelo Secretário de Finanças do Município de João Pessoa.*

*§ 2º Os membros do Conselho Administrativo não serão remunerados pelo exercício de suas funções, sendo estas consideradas serviço público relevante."*

Art. 2º O Anexo Único da Lei 15.477, de 19 de março 2025, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e alterações:

**ANEXO ÚNICO  
(Lei 15.477, de 19.03.2025)**

Quantidade	Cargo	Remuneração	Simbologia
01	Diretor Presidente	R\$ 19.500,00	DP-FCA
01	Diretor Vice-Presidente	R\$ 16.500,00	DVP-FCA
01	Diretor Administrativo e Financeiro	R\$ 14.625,00	DAF-FCA
01	Diretor de Desporto e Alto Rendimento	R\$ 14.625,00	DDAR-FCA
01	Chefe de Gabinete	-	DAE-1
01	Chefe da Assessoria Jurídica	-	DAE-2
01	Chefe da Divisão de Compras	-	DAE-2
01	Chefe da Divisão de Contabilidade	-	DAE-2
01	Chefe da Divisão de Estoque	-	DAE-2
01	Chefe da Divisão de Cadastro	-	DAE-2
01	Chefe de Controle de Pessoal	-	DAE-2
01	Secretária Pessoal	-	DAE-2
06	Assessor Esportivo	-	DAE-3
02	Assessor Jurídico	-	DAE-3
01	Assessor de Legislação para Projetos Esportivos	-	DAE-3
01	Assessor Pedagógico	-	DAE-3
01	Assessor de Imprensa	-	DAE-3

03	Assessor de Desporto	-	DAE-3
03	Assessor de Alto Rendimento	-	DAE-3
01	Assessor de Transparência Pública	-	DAE-3
05	Assessor de Manutenção	-	DAE-3

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 15 de maio de 2025, 137º da República.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito

Autoria: **Executivo Municipal**

LEI ORDINÁRIA Nº 15.521, DE 15 DE MAIO DE 2025.

**ALTERA O ARTIGO 7º DA LEI Nº 14.698, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE CRIA O CONSELHO E O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º O artigo 7º da Lei nº 14.698, de 29 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 7º O Fundo Municipal de Proteção aos Animais (FMPA), vinculado anteriormente à Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), passa a ser de responsabilidade da Secretaria de Cuidado e Proteção Animal (SECUPA), sendo esta a gestora dos recursos e da execução das políticas públicas relacionadas à proteção e bem-estar animal no Município de João Pessoa."*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 15 de maio de 2025; 137º da República.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito

Autoria: **Executivo Municipal**

LEI ORDINÁRIA Nº 15.522, DE 15 DE MAIO DE 2025.

**AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NO VIGENTE ORÇAMENTO.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial para inclusão de novo Programa e Ação de Governo na Estrutura Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), na forma abaixo discriminada:

**PROGRAMA:** 5593

**NOME:** PROGRAMA DE INCENTIVO FINANCEIRO EDUCACIONAL

**OBJETIVO:** A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO FINANCEIRO EDUCACIONAL, INICIATIVA FUTURO, PÉ-DE-MEIA MUNICIPAL, NA MODALIDADE DE POUPANÇA, AOS ESTUDANTES MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA, SERÁ DESTINADO A PROMOVER A PERMANÊNCIA, A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS AMPLIADAS E A CONCLUSÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NOS 8º E 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E CICLO IV EJA.

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8B21>





**PÚBLICO ALVO:** ALUNOS  
**AÇÃO DE GOVERNO:** 10.101.12.361.5593.101010 – INICIATIVA FUTURO  
**FONTE DE RECURSOS:** 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  
**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 90 – APLICAÇÕES DIRETAS  
**NATUREZA DE DESPESA:** 3.3.90 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
**VALOR:**.....R\$ 15.000.000,00

**Art. 2º** O recurso necessário à abertura do Crédito Especial de que trata o artigo anterior, correrá por conta de anulação de dotação orçamentária, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação a seguir:

- 10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- 10.101 – SEDEC – AÇÕES DE GOVERNO
- 12.361.5417.102498 – GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 3.3.90 – APLICAÇÕES DIRETAS.....R\$ 15.000.000,00

**Art. 3º** O novo Programa e nova Ação de Governo referenciadas no artigo 1º, serão alocadas na programação constante do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício financeiro de 2025.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**, em 15 de maio de 2025; 137º da República.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito

Autoria: **Executivo Municipal**

LEI ORDINÁRIA Nº 15.523, DE 15 DE MAIO DE 2025.

**AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA CÂMARA MUNICIPAL ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Realocar Dotação Orçamentária na Câmara Municipal no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), por Remanejamento e por Transferência de Recursos de uma Categoria de Programação para Outra, exclusivamente para atender à insuficiência registrada na dotação orçamentária relativa ao Grupo de Natureza da Despesa:

**4 – INVESTIMENTOS**

**Parágrafo único** – O Órgão do Poder Legislativo que será objeto da Realocação de Dotação Orçamentária de que trata o caput, está especificado no Anexo I – para o Acréscimo e o Anexo II – para a Redução de que trata esta Lei.

**Art. 2º** A Realocação de Dotação Orçamentária ocorrerá na Classificação Funcional e Programa integrantes da Câmara Municipal na estrita obediência aos limites e às condições fixadas no artigo 1º desta Lei.

**Art. 3º** O Decreto de Realocação de Dotação Orçamentária Autorizado por esta Lei, explicitará a Classificação Institucional e Funcional, bem como da Modalidade de Aplicação da Dotação Orçamentária a ser estornada e o Programa e a Despesa para as quais serão remanejados e/ou transferidos o valor daquela dotação.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**, em 15 de maio de 2025; 137º da República.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito

Autoria: **Executivo Municipal**

**Anexo I**  
Acréscimo  
Ano Base: 2025

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
01000	CÂMARA MUNICIPAL			
01301	FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL			
01.122.5588.011613	CONSTRUÇÃO NOVA SEDE DA CAMARA MUNICIPAL	4.4.90	1.5.00	900.000,00
SUBTOTAL				900.000,00
TOTAL GERAL				900.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de impostos				

**Anexo II**  
Redução  
Ano Base: 2025

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
01000	CÂMARA MUNICIPAL			
01101	CÂMARA MUNICIPAL - AÇÕES DE GOVERNO			
01.122.5279.012471	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA CAMARA	3.3.90	1.5.00	900.000,00
SUBTOTAL				900.000,00
TOTAL GERAL				900.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Recursos não vinculados de impostos				



**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**



Código para verificação: 232D-A79C-51A8-8821

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 16/05/2025 09:38:10 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/232D-A79C-51A8-8821>





DECRETO Nº. 10.995, DE 14 DE MAIO DE 2025.

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, usando das suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria nº 175, de 28 de fevereiro de 2024 e a Portaria nº 534, de 07 de junho de 2024 do Ministério das Cidades, que dispõe sobre a 6ª Conferência Nacional das Cidades e o Decreto Estadual nº 44.912 que dispõe sobre a 6ª Conferência Estadual das Cidades da Paraíba

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal da Cidade de João Pessoa, a ser realizada nos dias 26 e 27 de junho de 2025, das 08:00 às 18:00, no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, sob a coordenação da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Art. 2º A Conferência Municipal da Cidade de João Pessoa terá temática: “Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: Caminhos para uma Cidade Inclusiva, democrática, sustentável e com justiça Social” e construirá propostas para subsidiar as discussões da 6ª Conferência Estadual das Cidades e da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 3º A Conferência Municipal da Cidade de João Pessoa será presidida pelo Prefeito Municipal e na sua ausência ou impedimento eventual pelo Vice-Prefeito.

Art. 4º A Comissão Organizadora, composta por representação do poder público municipal e da sociedade civil, será responsável pela organização da Conferência Municipal da Cidade de João Pessoa, observando o disposto no Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades e no Regimento da etapa estadual.

Art. 5º Caberá a Conferência Municipal da Cidade de João Pessoa, elaborar relatório final, a partir da sistematização das propostas aprovadas e eleger os delegados para a 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art.6º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, em 14 de maio de 2025; 137ª da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D33B-A72B-E202-6513

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 16/05/2025 09:36:26 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D33B-A72B-E202-6513>



GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.996, DE 15 DE MAIO DE 2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NA SEMHAB NO VIGENTE ORÇAMENTO

O Prefeito do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 60 e a alínea c, inciso I, do artigo 76, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o inciso I, do artigo 6º, da Lei nº 15.422, de 13 de janeiro de 2025, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 12.292/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar na Secretaria Municipal de Habitação Social no valor de R\$ 2.499.000,00 (dois milhões e quatrocentos e noventa e nove mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma discriminada no anexo (Acréscimo).

Art. 2º A despesa com o Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior, correrá por conta de anulação de dotação orçamentária, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme anexo II (Redução)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 15 de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

VERONICA DIAS VIEIRA  
Secretária Executiva de Programação Orçamentária

BRUNNO SITÔNIO FIALHO DE OLIVEIRA  
Secretário das Finanças

Anexo I  
Acréscimo  
Ano Base: 2025

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
24000	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL			
24101	SEM HAB - AÇÕES DE GOVERNO			
16.482.5342.241175	ELABORAÇÃO D;E ESTUDOS E PROJETOS PARA A ÁREA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E SOCIAL	4.5.90	1.7.00	2.499.000,00
SUBTOTAL				2.499.000,00
TOTAL GERAL				2.499.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
4.5.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União				

Anexo II  
Redução  
Ano Base: 2025

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
24000	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL			
24101	SEM HAB - AÇÕES DE GOVERNO			
16.482.5342.241175	ELABORAÇÃO D;E ESTUDOS E PROJETOS PARA A ÁREA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E SOCIAL	4.4.90	1.7.00	2.499.000,00
SUBTOTAL				2.499.000,00
TOTAL GERAL				2.499.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
4.4.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União				





VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: F11D-BABA-8A42-76BE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ VERONICA DIAS VIEIRA (CPF 526.XXX.XXX-72) em 15/05/2025 12:04:11 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ BRUNNO SITONIO (CPF 029.XXX.XXX-83) em 15/05/2025 14:00:59 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 16/05/2025 10:43:34 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F11D-BABA-8A42-76BE>



GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 10.998, DE 15 DE MAIO DE 2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA  
REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA  
NA SEPLAN NO VIGENTE ORÇAMENTO

O Prefeito do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 60 e a alínea c, inciso I, do artigo 76, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o inciso I, do artigo 6º, da Lei nº 15.422, de 13 de janeiro de 2025, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 13.418/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar na Secretaria de Planejamento no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma discriminada no anexo I (Acréscimo).

Art. 2º A despesa com o Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior, correrá por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de João Pessoa, no exercício financeiro de 2024, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação a seguir:

SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL-  
PMJP EM 31/12/2024

FONTE 2.500: RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS..... R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 15 de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

VERONICA DIAS VIEIRA  
Secretária Executiva de Programação Orçamentária

BRUNNO SITÔNIO FIALHO DE OLIVEIRA  
Secretário das Finanças

Assinado por 3 pessoas: VERONICA DIAS VIEIRA, BRUNNO SITONIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BA15-E7B0-A7A2-12B9> e informe o código: BA15-E7B0-A7A2-12B9



Anexo I  
Acréscimo

Ano Base: 2025

Órgão / UO	DESCRIÇÃO	MODALIDADE*	FR**	VALOR (R\$1,00)
Classificação Funcional				
08000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
08101	SEPLAN - AÇÕES DE GOVERNO			
15.122.5517.084186	SINALIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS	3.3.90	2.5.00	90.000,00
SUBTOTAL				90.000,00
TOTAL GERAL				90.000,00
*MODALIDADE DE APLICAÇÃO				
3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS				
**FONTE DE RECURSO				
@Recursos não Vinculados de Impostos				



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: BA15-E7B0-A7A2-12B9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ VERONICA DIAS VIEIRA (CPF 526.XXX.XXX-72) em 15/05/2025 13:11:23 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ BRUNNO SITONIO (CPF 029.XXX.XXX-83) em 15/05/2025 13:59:41 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 16/05/2025 10:41:55 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BA15-E7B0-A7A2-12B9>



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

DECRETO N° 10.999 DE 16 DE MAIO DE 2025

ATUALIZA OS VALORES DA  
TABELA DE VENCIMENTOS DOS  
INTEGRANTES DA CARREIRA DE  
AUDITORIA FISCAL DA RECEITA  
MUNICIPAL DE QUE TRATA A LEI  
COMPLEMENTAR N.º 70, DE 30 DE  
ABRIL DE 2012, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, inciso V, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e tendo em vista o disposto no artigo 23 da Lei Complementar n.º 70 de 30 de abril de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a atualização, relativa ao exercício de 2024, dos valores da tabela de vencimentos dos integrantes da Carreira de Auditoria Fiscal da Receita Municipal, correspondentes aos Níveis de I a IV das Classes A, B e C do Anexo II da Lei Complementar n.º 70, de 30 de abril de 2012, nos termos do Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único. Os valores atualizados da tabela de vencimentos, conforme especificados no caput deste artigo, foram reajustados a partir da aplicação do Índice de Reajuste Inicial e do Índice de Reajuste Adicional, calculados pela Secretaria da Receita Municipal, com base no artigo 23 da Lei Complementar n.º 70, de 30 de abril de 2012, conforme demonstrativo constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BA15-E7B0-A7A2-12B9> e informe o código: BA15-E7B0-A7A2-12B9





**Parágrafo único.** Os efeitos financeiros da atualização prevista no artigo 1º deste Decreto terão eficácia a partir de 1º de julho de 2025.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, em 16 de maio de 2025.

**CÍCERO DE LUCENA FILHO**  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**  
**Tabela de Níveis de Vencimento**  
**(Art. 1º, caput)**

CLASSES	NÍVEIS DE VENCIMENTO			
	I	II	III	IV
<b>C</b>	25.464,88	25.974,17	26.493,66	27.023,53
<b>B</b>	28.104,47	28.666,55	29.239,90	29.824,69
<b>A</b>	31.016,30	31.638,04	32.270,78	32.916,22

**ANEXO II**  
**Demonstrativo do Cálculo**  
**(Art. 1º, Parágrafo Único)**

Reajuste da Tabela de Vencimentos

Legenda:

Ano A= Ano 2022  
Ano B= Ano 2023

**OBS:** O índice de reajuste inicial corresponde à variação acumulada do IPCA no ano b, conforme o art. 23, §2º, inciso I, da Lei Complementar n.º 70, de 30 de abril de 2012.

Incremento Mínimo	
<b>IM = <math>IPCA(B) \times 1,15</math></b>	<b>IM</b> – incremento mínimo, em percentual;
	<b>IPCA(B)</b> – variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA no Ano B, em percentual.
IPCA(b) = 4,62%	
IM = $IPCA(b) \times 1,15$	
IM = 5,31%	

Incremento da Receita Própria	
<b>IRP(B) = <math>[RP(B) - RP(A)] \times 100 / RP(A)</math></b>	<b>RP(B)</b> – receita própria do Município no ano B, em reais;
	<b>RP(A)</b> – receita própria do Município no ano A, em reais.
RP(b) = 906.533.666,00	
RP(a) = 793.316.115,00	
IRP(b) = $[RP(B) - RP(A)] \times 100 / RP(A)$	
IRP(b) = 14,27%	

Verificação do Incremento Mínimo	
<b>IRP(B) ≥ IM</b>	<b>IRP(B)</b> – incremento nominal da receita própria do Município no ano B, em percentual;
	<b>IM</b> – incremento mínimo, em percentual.
IRP(b) = 14,27%	
IM = 5,31%	
IRP(b) ≥ IM -> 14,27% ≥ 5,31%	

Reajuste Inicial - Variação do IPCA(b)				
Valores da Tabela de Vencimentos Vigentes no Ano B				
Classe	Níveis			
	I	II	III	IV
C	23.498,32	23.968,28	24.447,65	24.936,60
B	25.934,07	26.452,74	26.981,81	27.521,44
A	28.621,03	29.194,75	29.778,63	30.374,22
Valores da Tabela de Vencimentos Atualizados com Reajuste Inicial				
Classe	Níveis			
	I	II	III	IV
C	24.583,94	25.075,61	25.577,13	26.088,67
B	27.132,22	27.674,86	28.228,37	28.792,93
A	29.943,32	30.543,55	31.154,40	31.777,51

Índice de Reajuste Adicional	
<b>IRA = <math>(IRP(B) - IM) \times CI</math></b>	<b>IRA</b> – índice de reajuste adicional, em percentual;
	<b>IRP(B)</b> – incremento nominal da receita própria do Município no ano B, em percentual;
<b>IM</b> – incremento mínimo, em percentual.	
<b>CI</b> – coeficiente de incidência, definido em 0,40.	
IRP(b) = 14,27%	
IM = 5,31%	
CI = 0,4	
IRA = $(IRP(B) - IM) \times CI$	
IRA = 3,58%	

Reajuste Adicional - IRA				
Valores da Tabela de Vencimentos Atualizados com Reajuste Inicial				
Classe	Níveis			
	I	II	III	IV
C	24.583,94	25.075,61	25.577,13	26.088,67
B	27.132,22	27.674,86	28.228,37	28.792,93
A	29.943,32	30.543,55	31.154,40	31.777,51
Valores da Tabela de Vencimentos Atualizados com Reajuste Adicional				

Classe	Níveis			
	I	II	III	IV
C	25.464,88	25.974,17	26.493,66	27.023,53
B	28.104,47	28.666,55	29.239,90	29.824,69
A	31.016,30	31.638,04	32.270,78	32.916,22

Comparativo dos Valores Finais de Vencimentos				
Valores da Tabela de Vencimentos Vigentes no Ano B				
Classe	Níveis			
	I	II	III	IV
C	23.498,32	23.968,28	24.447,65	24.936,60
B	25.934,07	26.452,74	26.981,81	27.521,44
A	28.621,03	29.194,75	29.778,63	30.374,22
Valores das Tabela de Vencimentos Vigentes no Ano Atual				
Classe	Níveis			
	I	II	III	IV
C	25.464,88	25.974,17	26.493,66	27.023,53
B	28.104,47	28.666,55	29.239,90	29.824,69
A	31.016,30	31.638,04	32.270,78	32.916,22
Percentual Final de Reajuste da Tabela de Vencimentos				8,37%



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 5345-7C8A-A2B4-1130

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 16/05/2025 10:36:38 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/5345-7C8A-A2B4-1130>

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/5345-7C8A-A2B4-1130> e informe o código 5345-7C8A-A2B4-1130



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/5345-7C8A-A2B4-1130> e informe o código 5345-7C8A-A2B4-1130







ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3002

Em, 13 de maio de 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Medida Provisória nº 62/2025 publicado no Diário Oficial 709 de 04 de fevereiro de 2025, e tendo em vista o que consta do Protocolo nº 66.692/2025

RESOLVE:

I – Exonerar, a pedido, NAYARA FORMIGA RODRIGUES, matrícula nº 106.355-5, do cargo em comissão, símbolo DAE-2 de DIRETORA DE ENGENHARIA da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 23 de abril de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Assinado por: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/420E-1FB1-FAF2-12B1>



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 8AF2-270C-ACFB-4512

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 15/05/2025 11:52:01 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8AF2-270C-ACFB-4512>



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3014

Em, 12 de maio de 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei nº 15.474/2025, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 61.416/2025.

RESOLVE:

I – Exonerar ELIETE DANTAS DE SOUZA, matrícula nº 106.503-5, do cargo em comissão, símbolo DAI-1 de SECRETÁRIA DA ESCOLA MUNICIPAL LUIZ MENDES PONTES da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 31 de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Assinado por: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/420E-1FB1-FAF2-12B1>



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 420E-1FB1-FAF2-12B1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 15/05/2025 11:45:06 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/420E-1FB1-FAF2-12B1>



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3015

Em, 12 de maio de 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei nº 15.474/2025, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 70.056/2025.

RESOLVE:

I – Exonerar JOSE CARLOS JUNIOR, matrícula nº 106.753-4, do cargo em comissão, símbolo DAI-1 de MEDIADOR TECNOLÓGICO da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 06 de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Assinado por: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2157-797C-B1D8-DC2D>



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 2157-797C-B1D8-DC2D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 15/05/2025 11:49:38 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2157-797C-B1D8-DC2D>





ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3016

Em, 12 de maio de 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei nº 15.474/2025, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 67.646/2025.

**RESOLVE:**

I – Nomear ERIBERTO SOUZA ZACARA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAI-1 de MEDIADOR TECNOLÓGICO da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 05 de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

**VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS**

Código para verificação: 4A71-2109-33A7-D86C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 16/05/2025 08:34:16 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/4A71-2109-33A7-D86C>

ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3017

Em, 12 de maio de 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei nº 15.474/2025, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 70.318/2025.

**RESOLVE:**

I – Nomear LUANDERSON LOPES COSTA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAI-1 de MEDIADOR TECNOLÓGICO da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 12 de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

**VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS**

Código para verificação: 3D16-8F4C-BF5F-DBC2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 16/05/2025 09:39:50 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/3D16-8F4C-BF5F-DBC2>

ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3020

Em, 13 de maio de 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 74.537/2025.

**RESOLVE:**

I – Exonerar, a pedido, ANDERSON PEREIRA VERAS, matrícula nº 91.485-1, do cargo em comissão, símbolo DAE-3 de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 12 de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

**VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS**

Código para verificação: 231F-DAF4-7320-D38C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 16/05/2025 10:48:10 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/231F-DAF4-7320-D38C>





ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N°. 3021

Em, 13 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei nº 14.378/2021 e alterações posteriores.

**RESOLVE:**

I – Nomear DENISE CORREIA ALVES BARBOSA, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR TÉCNICO da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 01 de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N°. 3103

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Exonerar MARINA FARIAS DE PAIVA, matrícula nº 110.238-1 do cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR TÉCNICO da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N°. 3104

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Nomear PEDRO CRUZ DA SILVA para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR TÉCNICO da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-DAC4-1ECB-D344>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-DAC4-1ECB-D344>



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N°. 3105

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Exonerar MIZUEL SOUZA DE OLIVEIRA, matrícula nº 101.390-1 do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N°. 3106

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Exonerar OTAVIANO TAVARES DA SILVA, matrícula nº 94.988-4 do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N°. 3107

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Nomear MIZUEL SOUZA DE OLIVEIRA, matrícula nº 101.390-1 para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-DAC4-1ECB-D344>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-DAC4-1ECB-D344>





ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3108

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Nomear OTAVIANO TAVARES DA SILVA, matrícula nº 94.988-4 para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3109

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Exonerar ALINE MARTINS DA SILVA, matrícula nº 107.329-1 do cargo em comissão, símbolo DAE-1 de CHEFE DE GABINETE da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3110

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Exonerar ALINE MARTINS DA SILVA, matrícula nº 107.329-1 para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-3 de ASSESSOR TÉCNICO da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-DMC4-1ECB-D344>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-DMC4-1ECB-D344>



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3111

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Nomear ANA LUCIA ARAGÃO NOGUEIRA para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-1 de CHEFE DE GABINETE da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3112

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Exonerar ANTONIO TEIXEIRA DE SOUZA JUNIOR, matrícula nº 95.075-1 do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3113

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Nomear RODRIGO DE FARIAS SEGUNDO NETO para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-DMC4-1ECB-D344>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-DMC4-1ECB-D344>







ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3114

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Exonerar JOSMAR VINICIUS BANDEIRA DE SOUZA BEZERRA, matrícula nº 107.087-0 do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de ASSESSOR JURIDICO da SECRETARIA EXECUTIVA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3115

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I – Exonerar EDSON SILVA DE SOUZA, matrícula nº 73.872-7 do cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE DE GABINETE da SECRETARIA EXECUTIVA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3116

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I- Nomear MIGUEL LEMOS para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-D4C4-1ECB-D344>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-D4C4-1ECB-D344>



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3117

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I- Exonerar ILDO DE MOURA SOUSA, matrícula nº 101.735-9 do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE RADIO da SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3118

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021, e alterações posteriores

**RESOLVE:**

I- Exonerar MARCELO JARDIM CARDOSO, matrícula nº 95.317-2 do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE EMPREENDEDORISMO EM CIENCIA E TECNOLOGIA da SECRETARIA DE CIENCIAS E TECNOLOGIA.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3119

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 15.467/2025

**RESOLVE:**

I- Nomear MARCELO JARDIM CARDOSO, matrícula nº 95.317-2 para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CENTRO HISTORICO da SECRETARIA DE PRESERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO DO CENTRO HISTORICO- INOVACENTRO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-D4C4-1ECB-D344>



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-D4C4-1ECB-D344>





ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3120

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 15.467/2025

**RESOLVE:**

I- Nomear ALAN DE SÁ NEVES para exercer o cargo em comissão, símbolo DAE-2 de DIRETOR DE PRESERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO da SECRETARIA DE PRESERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO- INOVACENTRO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3121

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 15.467/2025

**RESOLVE:**

I- Exonerar HUGO ANDRE FIGUEIREDO GONDIM, matrícula nº 110.079-1 do cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TRABALHO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3122

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 15.467/2025

**RESOLVE:**

I- Nomear HUGO ANDRE FIGUEIREDO GONDIM, matrícula nº 110.079-1 para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE da SECRETARIA DE PRESERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO- INOVACENTRO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3123

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.378/2021 e alterações posteriores.

**RESOLVE:**

I- Nomear JOSÉ AILTON DE FARIAS para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-1 de DIRETOR DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE CONVIVÊNCIA SOCIAL da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 3124

Em, 15 de maio de 2025

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, no uso das atribuições previstas no art. 60, item V e art. 76, item II, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e Lei 14.559/2022

**RESOLVE:**

I- Nomear SIDNEY MARQUES COSTA para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-3 de ASSISTENTE TÉCNICO DA DIRETORIA DE MARKETING da SECRETARIA DE TURISMO.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir de 1º de maio de 2025.

CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



**VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS**



Código para verificação: FCE2-D4C4-1ECB-D344

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 16/05/2025 09:42:37 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-D4C4-1ECB-D344>

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-D4C4-1ECB-D344> e informe o código FCE2-D4C4-1ECB-D344



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/FCE2-D4C4-1ECB-D344> e informe o código FCE2-D4C4-1ECB-D344







## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2025

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO  
PESSOA E A ASSOCIAÇÃO BEM COMUM, PARA O  
FIM QUE NELE SE DECLARA.**

O **MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Rua Diógenes Chianca, 1777, Água Fria, CEP 58053-900, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Cícero de Lucena Filho**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 142.488.324-53 e no RG nº 344.713, residente e domiciliado em Av. Oceano Índico, 9008 – Bloco A – Apto. 201 – Intermares – Cabedelo/PB, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**; sendo interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO PESSOA**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Rua Diógenes Chianca, 1777, Água Fria, CEP 58053-900, inscrita no CNPJ sob o nº 06.068.960/0001-70, neste ato representada por seu Secretário, a Sra. **Maria Américo Assis de Castro**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Av. Aluizio Franca, 139, Apto. 301 – Manaira – João Pessoa/PB, portador da Carteira de Identidade nº 784817, inscrito no CPF/MF sob o nº 308.418.104-78, doravante denominada simplesmente **SECRETARIA**;

**ASSOCIAÇÃO BEM COMUM**, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.275.386/0001-05, com sede na cidade de Fortaleza/CE, na Avenida Washington Soares, 55, sala 707, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará, CEP 60.175-657, representada neste ato por sua Diretora Presidente, **Andréa Araújo Rocha Nibon**, brasileira, casada, contadora, RG nº 99031005992 SSP-CE, CPF/MF 514.344.073-49, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, doravante denominada simplesmente **BEM COMUM**;

**CONSIDERANDO** a intenção do Município de João Pessoa em fomentar a qualidade da educação básica, com ações que visem à melhoria da gestão pública, educacional e pedagógica, capazes de garantir o ingresso, a frequência regular e a permanência de suas crianças na escola, envidando todos os esforços para que elas conquistem os níveis de aprendizagem esperados para sua idade e série, com o avanço dos indicadores educacionais;

**CONSIDERANDO** que a BEM COMUM possui como finalidade estatutária, dentre outras, prestar assessoria e/ou consultoria em programas de desenvolvimento humano e social para sociedades civis ou governamentais de interesse público ou privado, nacionais ou estrangeiras, contribuir para elaborar e/ou executar políticas públicas em áreas que promovam o desenvolvimento humano integral nos aspectos da educação, saúde, cultura, cidadania, esporte, convivência pacífica e sustentabilidade ambiental e promover programas educacionais, de ensino-aprendizagem tanto para alunos, quanto para professores, núcleo gestor das escolas e equipe gestora das secretarias de órgãos públicos;

**CONSIDERANDO** que a BEM COMUM concebeu o Programa Educar pra Valer, que tem como escopo apoiar municípios brasileiros que tenham grandes desafios educacionais e que queiram se comprometer com medidas de gestão educacional e pedagógica para garantir excelência de aprendizagem das crianças em escolas públicas;

**CONSIDERANDO**, finalmente, a convergência de interesses entre as partes e a necessidade do estabelecimento de uma parceria visando ao alcance dos objetivos comuns em conformidade com a legislação em vigor.

Resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** nos termos das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1. Este Acordo de Cooperação tem por fundamento as normas legais vigentes, especialmente a Lei nº 13.019 de 31/07/2014, conforme **Parecer Jurídico nº 871/2025** favorável à sua celebração.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto implementar o Programa denominado Educar pra Valer, promovendo assessoria técnica, capacitação e consultoria na área educacional, visando à melhoria da gestão pública, da eficiência administrativa e da eficácia das políticas públicas, conforme melhor detalhado no Plano de Trabalho em anexo, parte integrante do presente Instrumento.

2.2. Este Acordo de Cooperação é dispensado de prévio chamamento público, conforme preceitua o art. 29 da Lei nº 13.019/2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31 de dezembro de 2028, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto, podendo ser prorrogado, mediante proposta da **BEM COMUM** devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES**

4.1. Compete ao **MUNICÍPIO**:

4.1.1. garantir o fornecimento dos dados e informações necessárias ao desempenho das atividades a serem executadas, conforme cronograma estabelecido no Plano de Trabalho, comprometendo-se, em especial, com as seguintes ações:

- i) participar das agendas com o grupo executivo do programa, que serão combinadas com antecedência;
- ii) designar membros da equipe para liderar a realização das ações pela rede;
- iii) realizar sistemática de avaliações externas à escola, provendo logística de transporte, impressões e todos os insumos necessários para o cumprimento deste fim;
- iv) prover materiais pedagógicos para alfabetização e realizar formação continuada de professores;
- v) oferecer todas as condições necessárias para que aconteça sistematicamente o acompanhamento às escolas pela equipe da secretaria;
- vi) aperfeiçoar o processo de seleção de diretores e coordenadores pedagógicos escolares, quando necessário, considerando critérios técnicos de competência, perfil profissional e ética;
- vii) subsidiar o deslocamento da sua equipe e fornecer todo o apoio necessário para que ela possa participar de reuniões e encontros formativos de âmbito estadual e nacional;
- viii) apoiar o deslocamento da equipe do Programa Educar pra Valer no seu território estadual.

4.1.2. promover todas as providências legais e regulamentares indispensáveis à implementação do Programa, inclusive, quando necessário, editando atos normativos próprios.

4.1.3. disponibilizar equipamentos, instalações e pessoal necessário ao apoio à execução do Programa, arcando com os custos de todos os materiais e acessórios de consumo que viabilizem suas ações, tais como equipamentos de informática, meios de comunicação à distância (telefone, fax e internet rápida), papel, tonner e demais que se fizerem necessários à implementação e desenvolvimento do Programa Educar pra Valer;

4.1.4. exercer a fiscalização e o controle das atividades previstas neste Acordo de Cooperação, conforme o Plano de Trabalho. Para acompanhar as medidas necessárias ao cumprimento deste Acordo, a Secretaria Municipal de Educação designa a Sr (a) **Francisca Jocineide da Costa e Silva**.

4.2. Compete à **BEM COMUM**:

4.2.1. fornecer gratuitamente ao **MUNICÍPIO** consultoria e assessoria técnicas necessárias à consecução das ações previstas no Programa;

Assinado por 2 pessoas: AMERICA CASTRO e CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/DAB2-2E30-16A4-59F8

**D**

Assinado por 2 pessoas: AMERICA CASTRO e CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/DAB2-2E30-16A4-59F8

**D**

Assinado por 2 pessoas: AMERICA CASTRO e CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/DAB2-2E30-16A4-59F8

**D**

Assinado por 2 pessoas: AMERICA CASTRO e CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/DAB2-2E30-16A4-59F8

**D**



4.2.2. fornecer gratuitamente ao MUNICÍPIO materiais exclusivos durante a duração da parceria;

4.2.3. comunicar ao MUNICÍPIO, com a maior antecedência possível, sobre a impossibilidade de captação da integralidade do valor para a execução do Programa Educar para Valer, para decisão conjunta dos partícipes, quanto à readequação do Plano de Trabalho, por meio de Termo Aditivo ao presente Acordo.

4.2.4. responsabilizar-se pelo pagamento de todas as despesas decorrentes da execução das atividades que lhe forem atribuídas no Plano de Trabalho.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO**

5.1. A execução do Programa Educar para Valer de que trata este ajuste deverá ser feita de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo MUNICÍPIO, passando a ser parte integrante do presente Acordo de Cooperação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

6.1. A presente parceria não envolve transferência de recursos financeiros entre as partes, tampouco acarreta qualquer favorecimento, em qualquer relação prévia ou posterior ao estabelecimento deste Acordo.

6.2. Este Acordo não envolverá transferência de recursos financeiros de origem pública e nem qualquer forma de compartilhamento patrimonial de bens públicos, para os fins do art. 29 da Lei nº 13.019/2014.

6.3. A BEM COMUM efetuará os pagamentos das atividades que lhe são atribuídas no Plano de Trabalho, sem qualquer envolvimento do MUNICÍPIO parceiro ou de qualquer outra entidade pública ou privada quanto à gestão, controle ou fiscalização de tais recursos financeiros.

6.4. Os Partícipes não respondem por quaisquer ônus decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação, além daqueles previstos no Plano de Trabalho, anexo deste Instrumento.

6.5. Diante da ausência de transferência de recurso financeiro entre os Partícipes e de qualquer outra forma de compartilhamento patrimonial, bem como da complexidade desta parceria e do manifesto interesse público, a prestação de contas é dispensada, nos termos do inciso II do § 2º do artigo 6º do Decreto federal nº 8.726/2016.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

7.1 A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

7.2 No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a SEDEC:

- a) Designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) Designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) Emitirá relatório (s) técnico (s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, conforme indicado no art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014;
- d) Examinará o (s) relatório (s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) Poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) Poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

7.3 Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a SEDEC designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na

legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas.

7.3.1 Fica designado como gestora da parceria a seguinte servidora:

**Francisca Jocineide da Costa e Silva – Matrícula nº 1067828**

7.4 A comissão de monitoramento e avaliação, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência, a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

7.5 O relatório técnico de monitoramento e avaliação, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

7.6 Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco. O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1 Nenhum dos partícipes poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, seus direitos e obrigações previstos neste Acordo de Cooperação a terceiros;

8.2 O estabelecimento do presente Acordo de Cooperação não inclui cláusula de mandato, nem tampouco implica em qualquer forma de sociedade, associação entre os partícipes, ou responsabilidade solidária, não podendo as mesmas praticarem quaisquer atos em nome e por conta da outra parte, sem o seu expresso consentimento por escrito, bem como não estabelece entre as partes nenhuma relação de emprego, grau de subordinação hierárquica ou de dependência econômica.

8.3 A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária a uma das partes para a execução do objeto deste Acordo de Cooperação não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o outro.

8.4 A BEM COMUM fica desde logo autorizada, se lhe convier, a divulgar a presente cooperação e sua participação no Programa em todos os seus canais de comunicação institucional, incluindo site na Internet e malas diretas, bem como em quaisquer outras mídias, incluindo qualquer site na Internet, mídias televisivas, rádios ou mídia impressa, ou por qualquer outra forma. A autorização prevista neste item inclui a outorga, neste ato, de licença de uso, em favor da BEM COMUM, em caráter permanente e gratuito, sem limitação geográfica ou de qualquer natureza, do nome do MUNICÍPIO, de qualquer de suas marcas e de qualquer marca relacionada ao Programa, exclusivamente para os fins da divulgação de que trata este item.

8.5 Caso o MUNICÍPIO pretenda realizar qualquer tipo de divulgação pública relativa à presente cooperação, incluindo em seus canais de comunicação institucional, em seu site na Internet e através de malas diretas, bem como em quaisquer outras mídias, incluindo qualquer site na Internet, mídias televisivas, rádios ou mídia impressa, ou por qualquer outra forma, essa divulgação deverá ser previamente aprovada, por escrito, pela BEM COMUM, que terá a prerrogativa de solicitar a inclusão de seu nome e de informação acerca do fato de ser um participante do Programa em qualquer dessas divulgações. Caso essa solicitação seja feita, o MUNICÍPIO obriga-se e compromete-se a atendê-la, na forma que vier a ser determinada pela BEM COMUM. Caso contrário, o MUNICÍPIO obriga-se e compromete-se a se abster de mencionar o nome da BEM COMUM, sua participação no Programa ou qualquer de suas marcas em tal divulgação.

8.6 O material disponibilizado é exclusivo do Programa Educar pra Valer, não sendo permitida a cessão para outros municípios.

8.7 Os eventuais direitos de propriedade intelectual resultantes do Acordo incidentes sobre os materiais relacionados a esta parceria ("Criações") serão de exclusiva titularidade de quem os criou. Tais direitos, no entanto, são desde já licenciados aos demais Partícipes, a título gratuito, para que sejam utilizados exclusivamente no âmbito desta parceria.

8.8 Cada Partícipe se responsabiliza, isolada e expressamente, pela originalidade das suas respectivas Criações, assumindo toda a responsabilidade civil, criminal, moral e material por seus conteúdos, respondendo, ainda, por eventual impugnação de direitos de terceiros.

8.9 Fica desde já vedada a transmissão de conhecimentos, tecnologias, práticas e modelos de relatórios, bem como vedado todo e qualquer compartilhamento a terceiros de materiais de titularidade de qualquer um dos Partícipes, sem o prévio consentimento escrito do respectivo titular.

8.10 Os Partícipes se comprometem a cumprir toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, presente e futura, tais como a Constituição

Assinado por 2 pessoas: AMERICA CASTRO e CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/DAB2-2E30-16A4-59F8>

D

Assinado por 2 pessoas: AMERICA CASTRO e CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/DAB2-2E30-16A4-59F8>

D

Assinado por 2 pessoas: AMERICA CASTRO e CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/DAB2-2E30-16A4-59F8>

D

Assinado por 2 pessoas: AMERICA CASTRO e CICERO DE LUCENA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/DAB2-2E30-16A4-59F8>

D



Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014) e seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, inclusive internacionais quando aplicáveis, se comprometendo a tratar apenas os dados mencionados nos limites e nas formas dispostas neste instrumento.

8.11 Os Partícipes asseguram que os dados serão tratados de acordo com as permissões contidas nos artigos 7º, incisos III e IV, e 11, inciso II, alíneas 'b' e 'c' da Lei 13.709/2018, por se configurar hipótese de execução de políticas públicas, se comprometendo, ainda, a utilizar os dados e informações revelados exclusivamente para os propósitos da execução do objeto pactuado, garantindo que seu tratamento se dê de forma lícita, com base legal apropriada nos termos da referida legislação e restringindo o acesso aos dados apenas àqueles que efetivamente tenham necessidade de acessá-los para o cumprimento do objeto e no limite necessário ao tratamento assegurando, ainda a manutenção da confidencialidade e a segurança dos dados.

8.12 Este instrumento poderá ser assinado por meio eletrônico. Para tanto, os Partícipes reconhecem a validade deste documento e das respectivas assinaturas eletrônicas, nos termos do artigo 10º, § 2º, da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e do artigo 441 do Código de Processo Civil.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

9.1 O presente Acordo poderá ser rescindido, a qualquer tempo:

- a) Por mútuo consentimento ou por desinteresse de qualquer delas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) Não cumprimento ou cumprimento irregular por qualquer das partes de qualquer obrigação resultante deste acordo, no caso de tal situação perdurar por 15 (quinze) dias contados da Notificação da outra parte ou independentemente de notificação, se a mora no cumprimento da obrigação tornar o cumprimento do acordo impossível ou inútil.
- c) Extinção das atividades promovidas por qualquer uma das instituições.

Parágrafo Único – Constituem motivo para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer das Cláusulas, o descumprimento de normas estabelecidas em legislação vigente ou a superveniência de norma ou fato que torne material ou formalmente inexecutável imputando-se aos partícipes as responsabilidades pelas obrigações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO**

10. Este Acordo poderá ser modificado, salvo quanto ao objeto, por meio do respectivo Termo Aditivo, de comum acordo entre os celebrantes, mediante manifestação escrita, até 30 (trinta) dias antes do término da vigência do presente instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

11. Compete ao MUNICÍPIO providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação no meio oficial de publicidade da administração pública, comprometendo-se a enviar à BEM COMUM, cópia da publicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12. Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Acordo, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em duas vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Documento Assinado Eletronicamente.

MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA  
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Secretária

d68fa672-  
a40b-45c6-9c25-7  
68d8c3a46cb

Assinado de forma digital por  
d68fa672-  
a40b-45c6-9c25-768d8c3a46cb  
Data: 2025.05.16 10:15:57  
+03'00'

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM  
Andréa Araújo Rocha Nibon

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

2. \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: DAB2-2E30-16A4-58F8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 11/04/2025 20:23:11 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 28/04/2025 12:53:57 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/DAB2-2E30-16A4-58F8>

SEAD



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA- PB  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO

ADITIVO 02, DE 15 DE MAIO DE 2025 – PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

O Município de João Pessoa - PB, por meio da Comissão Organizadora do Concurso Público, torna público o ADITIVO 02, DE 15 DE MAIO DE 2025 ao EDITAL 01/2025 que trata da PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DAS INSCRIÇÕES nos termos aqui consignados:

1. Em razão da prorrogação do período de inscrições, o ANEXO V do Edital 01/2025 e suas alterações, passa a conter a seguinte redação:

CRONOGRAMA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO PESSOA			
ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1	Publicação do edital de abertura	14/04/2025	
2	Período para impugnação ao edital	14/04/2025	15/04/2025
3	Período de inscrições	14/04/2025	14/05/2025
4	Prorrogação do período de inscrições	15/05/2025	02/06/2025
5	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	14/04/2025	15/04/2025
6	Publicação do resultado de impugnação ao edital	21/04/2025	
7	Publicação do resultado preliminar dos pedidos de isenção	23/04/2025	
8	Interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	24/04/2025	25/04/2025
9	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção	12/05/2025	
10	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	03/06/2025	
11	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	02/06/2025	
12	Divulgação do resultado preliminar de inscritos (PCD + Atendimento especial) na área do candidato.	06/06/2025	
13	Interposição de recurso contra a relação de inscritos preliminar (PCD + Atendimento especial)	09/06/2025	10/06/2025
14	Divulgação do resultado definitivo de inscritos (PCD + Atendimento especial)	13/06/2025	
15	Divulgação dos locais de prova	20/06/2025	
16	Realização das Provas Objetivas	29/06/2025	
17	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	30/06/2025	
18	Interposição de recurso contra os gabaritos preliminares das provas objetivas e resultado preliminar da prova objetiva	01/07/2025	02/07/2025
19	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva	22/07/2025	
20	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	23/07/2025	24/07/2025
21	Publicação do resultado definitivo das provas objetivas	11/08/2025	
22	Edital de convocação para prova de títulos	12/08/2025	
23	Prazo para envio da prova de títulos	13/08/2025	15/08/2025
24	Publicação do resultado preliminar da prova de títulos	27/08/2025	
25	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	28/08/2025	29/08/2025
26	Publicação do resultado definitivo da prova de títulos	10/09/2025	
27	Edital de convocação para avaliação biopsicossocial para candidatos PCD	11/09/2025	
28	Realização da avaliação biopsicossocial	21/09/2025	
29	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial	24/09/2025	
30	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial	25/09/2025	26/09/2025
31	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial	06/10/2025	
31	Resultado final	06/10/2025	

2. Seguem inalteradas as demais disposições contidas no Edital 01/2025.
3. Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6D1D-0320-4D1B-E37F>







VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 6D1D-0320-6D1B-E57F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 15/05/2025 17:27:50 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/6D1D-0320-6D1B-E57F>

SEINFRA



CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.030/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.152/2024  
CHAVE CGM: E4XG-5RF7-EXAB-L40K

A Prefeitura Municipal de João Pessoa através da Comissão Setorial de Licitação, devidamente autorizada pela Portaria nº 002/2024/GS, datada de 20 de junho de 2024, torna público para o conhecimento dos interessados da CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.030/2024, tendo como objeto a Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para a Execução de Drenagem e Pavimentação em Paralelepípedos de 33 Ruas nos Bairros: Costa e Silva, Emani Sátiro, Ernesto Geisel e Otizeiro, em João Pessoa – Lote IX-BN, visto que a empresa contratada em primeiro lugar, AGILIS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ: 10.893.105/0001-70, teve seu contrato nº 11.095/2024, rescindido unilateralmente, nos termos dos arts. 78 arts. 137 e 162 da Lei nº 14.133/2021 e Cláusulas 17.2 e 17.3ª do Contrato. Desse modo, a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA/PMJP, através da COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO, torna público em conformidade com o artigo. 90, § 2º, da Lei 14.133/21, a CONVOCAÇÃO da licitante remanescente, na ordem de classificação, ECOMAQ - EMPRESA DE CONSTRUÇÃO E MAQUINAS LTDA, LTDA CNPJ: 19.088.045/0001-98 classificada em segundo lugar, cuja contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços em conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2º, da Lei de Contratos e Licitações, estando os autos, disponibilizados a partir da data de divulgação deste julgamento, o sítio <http://transparencia.joapessoa.pb.gov/licitacoes>. Fica previsto o prazo de 03 (três) dias a partir da publicação deste Ato, para a manifestação da empresa convocada.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Petrônio Wanderley de Oliveira Lima  
Presidente da Comissão e Pregoeiro/SEINFRA



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 33BE-939A-C00F-BE9C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 12/05/2025 10:18:14 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/33BE-939A-C00F-BE9C>

PROGEM



Portaria PROGEM nº 8, de 14 de maio de 2025.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV, c/c artigo 109, § 1º, da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo, lotados na Procuradoria-Geral do Município, como GESTOR, FISCAL ADMINISTRATIVO e FISCAL TÉCNICO do Contrato nº 06-082/2025, referente à contratação da empresa MAQ-LAREM MAQUINAS MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ Nº 40.938.508/0001-50, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, MULTIFUNCIONAIS, SCANNER E SOFTWARE.

SERVIDOR	MATRÍCULA	INDICAÇÃO	LOTAÇÃO
Aliana de Queiroz Henriques Coutinho	103.696-5	Fiscal técnico	PROGEM
Ana Karine Torres Vasconcelos Braga	109.241-5	Fiscal administrativo	PROGEM
Jader Kelson da Silva	61.503-0	Gestor de contratos	PROGEM

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 117 da Lei 14.133/2021 c/c art. 3º do Decreto 10.535/2023, Lei 14.781/2023 e Lei 15.067/2024, que regulamentam o §3º do art. 8 da Lei 14.133/2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NÓBREGA  
Procurador-Geral do Município



Assinado digitalmente por BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA - 15/05/2025 - 09:53  
Localizador do documento: 5K75CR94yXq8685Zc5KdCYrg  
<http://joapessoa.spa.coreplan.com.br/coresigner/info/5K75CR94yXq8685Zc5KdCYrg.pdf>

EXTRATO



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Administração  
Gestão de Contratos - GECON

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 06-197/2025.  
Objeto: Aquisição de material gráfico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.  
Partes: Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa COMGRAF - Comercio e Serviços Graficos E Serigraficos Ltda.  
Processo: 7.986/2024 – 1/DOC  
Modalidade: P. E. Nº 06-004/2025 ARP nº 011/2025.  
Signatários: Secretário, o Sr. Luis Ferreira de Sousa Filho, a Sra. Edilândia Cavalcante Da Silva, representante legal da empresa COMGRAF - Comercio e Serviços Graficos E Serigraficos Ltda.  
Vigência: 16/05/2025 a 16/05/2026.  
Valor Total: R\$ 2.689,00 (Dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais).

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
13.301.10.301.5005.464497	1.6.00	33.90.39

Data da assinatura: 14/05/2025

João Pessoa, 15 Maio de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração







Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Administração  
Gestão de Contratos - GECON

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-218/2025.

**Objeto:** Aquisição de material permanente – eletrodomésticos, para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Urbano-SEDURB.

**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Valter Oliveira da Silva Comercio de Maquinas.

**Processo:** 32.334/2023 – 1/DOC

**Modalidade:** P. E. Nº 06-037/2024 ARP nº 104/2024.

**Signatários:** Secretário, o Sr. Marmuthe de Souza Cavalcanti, o Sr. Valter Oliveira da Silva, representante legal da empresa Valter Oliveira da Silva Comercio de Maquinas.

**Vigência:** 16/05/2025 a 15/05/2026.

**Valor Total:** R\$ 1.682,40 (hum mil, seiscentos e oitenta dois reais e quarenta centavos).

**Recursos Financeiros:**

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
09.101.04.122.5001.092041		
09.101.15.452.5569.094393	1.5.00	44.90.52
09.101.15.541.5266..091606		

**Data da assinatura:** 14/05/2025

João Pessoa, 15 de Maio de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Administração  
Gestão de Contratos - GECON

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-221/2025.

**Objeto:** Aquisição de material permanente – ar-condicionado, para atender as necessidades da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania-SEDHUC.

**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Thomas Jose Beltrao De Araujo Albuquerque

**Processo:** 31.167/2023

**Modalidade:** P. E. Nº 06-039/2024 ARP nº 094/2024.

**Signatários:** Secretário, o Sr. Márcio Diego F. Tavares De Albuquerque, e o Sr. Thomas Jose Beltrao De Araujo Albuquerque, representante legal da empresa Thomas Jose Beltrao De Araujo Albuquerque.

**Vigência:** 16/05/2025 a 15/05/2026.

**Valor Total:** R\$ 99.060,00 (Noventa e nove mil e sessenta reais).

**Recursos Financeiros:**

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
72.101.04.122.5001.723179		
72.302.08.243.5585.614124	1.5.00	
72.302.08.244.5570.614370	1.6.60	44.90.52
72.302.08.244.5570.612937		

**Data da assinatura:** 15/05/2025

João Pessoa, 15 de Maio de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Administração  
Gestão de Contratos - GECON

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-222/2025.

**Objeto:** Aquisição de material permanente – eletrodomésticos, para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Urbano-SEDURB.

**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Thomas Jose Beltrao De Araujo Albuquerque.

**Processo:** 32.334/2023 – 1/DOC

**Modalidade:** P. E. Nº 06-037/2024 ARP nº 103/2024.

**Signatários:** Secretário, o Sr. Marmuthe de Souza Cavalcanti, o Sr. Thomas Jose Beltrao De Araujo Albuquerque, representante legal da empresa Thomas Jose Beltrao De Araujo Albuquerque.

**Vigência:** 16/05/2025 a 15/05/2026.

**Valor Total:** R\$ 3.920,00 (Três mil, novecentos e vinte reais).

**Recursos Financeiros:**

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
09.101.04.122.5001.092041		
09.101.15.452.5569.094393	1.5.00	44.90.52
09.101.15.541.5266..091606		

**Data da assinatura:** 14/05/2025

João Pessoa, 15 de Maio de 2025

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Administração  
Gestão de Contratos

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

**Instrumento:** Ordem de Compra n.º 000.070/2025.

**Objeto:** Aquisição de gêneros de alimentação, para atender as necessidades do Instituto Cândida Vargas - ICV.

**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa FL Comercio Atacadista De Artigos De Uso Pessoal E Domestico Ltda.

**Processo:** 16.008/2024 – 1/DOC

**Modalidade:** P.E nº 06-001/2025.

**Vigência:** 15/05/2025 a 15/05/2026

**Valor Total:** R\$ 806,40 (oitocentos e seis reais e quarenta centavos).

**Recursos Financeiros:**

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
13.201.04.122.5001.452041	1.6.59	33.90.30

**Data da emissão:** 15/05/2025.

João Pessoa, 15 de Maio de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria de Administração  
Gestão de Contratos

EXTRATO DE ORDEM DE COMPRA

**Instrumento:** Ordem de Compra n.º 000.071/2025.

**Objeto:** Aquisição de material gráfico, para atender as necessidades da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana – EMLUR.

**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a Empresa Editora e Gráfica Meta Ltda.

**Processo:** 7.986/2024

**Modalidade:** P.E nº 06-004/2025.

**Vigência:** 15/05/2025 a 15/05/2026

**Valor Total:** R\$ 1.681,80 (hum mil, seiscentos e oitenta um reais e oitenta centavos).

**Recursos Financeiros:**

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
71.201.04.122.5001.582041	1.5.00 1.5.01	33.90.30

**Data da emissão:** 15/05/2025.

João Pessoa, 15 de Maio de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 028D-DDC6-D4B4-501C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 15/05/2025 16:23:22 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/028D-DDC6-D4B4-501C>



Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa  
Prefeitura Municipal de João Pessoa

EXTRATO Nº. 376/2025

PROCESSO Nº 12.159/2025

CHAVE CGM: ZB52-S5W1-PFP0-VCMC

O Fundo Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES MEDICAMENTOS CONTROLADOS REGULAMENTADOS PELA PORTARIA N 34498 E INSUMOS PARA PROCEDIMENTOS DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE PICS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA UNIDADES HOSPITALARES SAMU UPA ZOOSEPOLICLÍNICAS CAPS DEMANDAS JUDICIAIS SAD CENTRO DE TRATAMENTO DE DOR - CENDOR E NOS CENTROS DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE - CPICS**, firmado para atender as finalidades precípua da Administração, **terá vigência ao longo da duração dos créditos orçamentários que dão lastro às despesas correspondentes**, com validade a partir da assinatura do contrato e eficácia legal após a divulgação no PNCP e Portal da Transparência do Município, além da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme art. 75, inciso VIII e art. 94, da Lei 14.133/21, relativos à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.064/2024**, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

-SUBAÇÃO 464498 MAC - REDE HOSPITALAR - MANter E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

-FONTE RECURSO 1.6.00.010000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇO

-NATUREZA DESPESA 33.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

-SUBAÇÃO 464499 MAC - AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MANter E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DE MÉDIA E AL

-FONTE RECURSO 1.6.00.010000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇO

-NATUREZA DESPESA 33.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.702/2025	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 129.930,00 (cento e vinte e nove mil, novecentos e trinta reais).	15 de maio de 2025

LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

Assinado por 1 pessoa: LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/902B-5BF3-87CC-C57E> e informe o código 902B-5BF3-87CC-C57E.



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 902B-5BF3-87CC-C57E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 13/05/2025 09:44:40 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/902B-5BF3-87CC-C57E>



Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa  
Prefeitura Municipal de João Pessoa

EXTRATO Nº. 377/2025

PROCESSO Nº 11.863/2025

CHAVE CGM: ZB52-S5W1-PFP0-VCMC

O Fundo Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Contratante, torna público, na forma da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores **TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES MEDICAMENTOS CONTROLADOS REGULAMENTADOS PELA PORTARIA N 34498 E INSUMOS PARA PROCEDIMENTOS DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE PICS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA UNIDADES HOSPITALARES SAMU UPA ZOOSEPOLICLÍNICAS CAPS DEMANDAS JUDICIAIS SAD CENTRO DE TRATAMENTO DE DOR - CENDOR E NOS CENTROS DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE - CPICS**, firmado para atender as finalidades precípua da Administração, **terá vigência ao longo da duração dos créditos orçamentários que dão lastro às despesas correspondentes**, com validade a partir da assinatura do contrato e eficácia legal após a divulgação no PNCP e Portal da Transparência do Município, além da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme art. 75, inciso VIII e art. 94, da Lei 14.133/21, relativos à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.064/2024**, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 13301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

-SUBAÇÃO 462603 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - MANter E IMPLEMENTAR OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA SMS

-FONTE RECURSO 1.5.00.011002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 011002

-NATUREZA DESPESA 33.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.703/2025	MEDS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - ME	R\$ 11.381,93 (onze mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos).	15 de maio de 2025

LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

Assinado por 1 pessoa: LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1ACA-C577-D157-BA11> e informe o código 1ACA-C577-D157-BA11.



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 1ACA-C577-D157-BA11

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 12/05/2025 09:40:49 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1ACA-C577-D157-BA11>





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 11.004/2025  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.049/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Infraestrutura, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, nº 721, bairro dos Estados, João Pessoa-PB, neste ato representada pelo Secretário de Infraestrutura Rubens Falcão da Silva Neto.  
CONTRATADO: ALLER CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.803.942/0001-58.  
INSTRUMENTOS VINCULANTES: CONCORRÊNCIA Nº 11.049/2024, Processo Administrativo nº 27.264/2024, Memorando Interno nº 71.264/2025, Contrato: 11.004/2025/SEINFRA.  
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECONSTRUÇÃO DO MURO EXTERNO DO INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS, LOCALIZADO NO BAIRRO JAGUARIBE, JOÃO PESSOA/PB.  
FUNDAMENTO: Tal procedimento fundamentou-se no Art. 136 da Lei 14.133/21, do CONTRATO Nº 11.004/2025, visando a ALTERAÇÃO da dotação orçamentária, na Cláusula Quinta - dos Recursos Financeiros

Onde se lê:  
Classificação Funcional: 11000.11101.04.122.5084.111086 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS  
Natureza da despesa: 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
Fonte de Recursos: 1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos  
Leia-se:  
Classificação Funcional: 11000.11101.04.122.5099.111086 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS  
Natureza da despesa: 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
Fonte de Recursos: 1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos

João Pessoa, 12 de maio de 2025.

RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: C1CA-F3A3-B648-55E5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 15/05/2025 11:03:50 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C1CA-F3A3-B648-55E5>



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE ADITIVO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.016/2022  
MEMORANDO INTERNO: 68.085/2025.  
7º Termo Aditivo ao Contrato nº 11.062/2022 – PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ E PARALELEPÍPEDO EM 43 RUAS DE DIVERSOS BAIRROS: CRISTO REDENTOR, CUIÁ, GRAMAME, GROTOES, INDÚSTRIAS, JOÃO PAULO II, JOSÉ AMÉRICO, MUMBABA, PARATIBE, PLANALTO BOA ESPERANÇA, VALENTINA FIGUEIREDO, AERoclube, ALTO DO CÉU, ALTO DO MATEUS, CRUZ DAS ARMAS, ESTADOS, PEDRO GONDIM, JARDIM OCEANIA, TAMBAÚ E TORRE EM JOÃO PESSOA-PB.  
LICITAÇÃO: Concorrência Pública nº 11.016/2022.  
CONTRATANTE: Município de João Pessoa.  
CONTRATADA: Novatec Construções e Empreendimentos Ltda.  
OBJETO: É objeto do presente Aditivo a prorrogação do prazo de execução dos serviços e o contratual em 08 (oito) meses.  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93.  
SIGNATÁRIOS: Rubens Falcão da Silva Neto /PMJP e Alexandre Albuquerque Teixeira/Novatec Construções e Empreendimentos Ltda.

João Pessoa, 13 de maio de 2025

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - SEDHUC

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

INSTRUMENTO: Termo de Colaboração Nº 001 / 2025 / SEDHUC.

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - SEDHUC.

CONVENIENTE: CASA PEQUENO DAVI, inscrita no CNPJ sob o nº 10.733.541/0001-82, estabelecida na Rua: João Ramalho, nº 195 – Bairro do Róger. João Pessoa, Estado da Paraíba, legalmente representada pelo(a) Sr(a). MARIA SENHARIA SOARES RAMALHO,

OBJETO: O Termo de Colaboração tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o Município de João Pessoa e a CASA PEQUENO DAVI, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do acolhimento institucional de crianças e adolescentes ameaçados de morte do Programa de Proteção a Vida - PPVida.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015 e Decreto Municipal nº 9.905 de 11/08/2017.

VIGÊNCIA: 02 anos a contar de 01/05/2025, data da assinatura do Termo de Colaboração,

VALOR DO REPASSE: R\$ 173.469,60 trimestralmente, por um período de 24 (vinte e quatro) meses.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 72.101.288455164727093  
72.302.288455164617061 - 72.302.288455154617060, Elemento de Despesa: 339039 e 335043, Fonte de Recurso: 1500, municipal.

MARCIO DIEGO FERNANDES TAVARES DE ALBUQUERQUE  
SECRETARIO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SEDHUC



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 0DD3-3D54-680E-DEB3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MÁRCIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE (CPF 011.XXX.XXX-02) em 15/05/2025 11:18:25 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0DD3-3D54-680E-DEB3>



Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretária de Direitos Humanos e Cidadania  
Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**Instrumento:** Termo de Fomento Nº 26/2023  
**Concedente:** Prefeitura Municipal de João Pessoa,  
por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.  
**Conveniente:** ASSOCIACAO CRISTA ESPERANCA E  
VIDA – ACEV  
**CNPJ:** 04.900.513/0001-00  
**Representante Legal:** ESTEVAM FERNANDES DE  
OLIVEIRA  
**Objeto:** Aditivo de prazo.  
**Vigência:** A partir da data da assinatura até 30 de  
novembro de 2024.  
**II** – Em tempo, publica-se de forma retroativa, o extrato  
do Termo de fomento nº 26/2023 celebrado, conforme os  
registros administrativos.

João pessoa, 15 de maio de 2025.

MARCIO DIEGO FERNANDES TAVARES DE ALBUQUERQUE  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretária de Direitos Humanos e Cidadania  
Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**Instrumento:** Termo de Fomento Nº 26/2023  
**Concedente:** Prefeitura Municipal de João Pessoa,  
por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.  
**Conveniente:** ASSOCIACAO CRISTA ESPERANCA E  
VIDA – ACEV  
**CNPJ:** 04.900.513/0001-00  
**Representante Legal:** ESTEVAM FERNANDES DE  
OLIVEIRA  
**Objeto:** Aditivo de prazo.  
**Vigência:** A partir da data da assinatura até 30 de maio de  
2025.  
**II** - Em tempo, publica-se de forma retroativa, o extrato  
do Termo de fomento nº 26/2023 celebrado, conforme os  
registros administrativos.

João pessoa, 15 de maio de 2025

MARCIO DIEGO FERNANDES TAVARES DE ALBUQUERQUE  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



#### VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2C63-0580-B1C8-9114

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **MÁRCIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE** (CPF 011.XXX.XXX-02) em 15/05/2025 11:09:16  
GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/2C63-0580-B1C8-9114>



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 02.008/2023 UEP/SEGGOV

##### PARTES:

**CONTRATANTE** – MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, REPRESENTADO PELO SECRETÁRIO DE  
GESTÃO GOVERNAMENTAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB.

**CNPJ** – 08.778.326/0001-56

**CONTRATADO** – CONSTRUTORA LITORAL LTDA

**CNPJ** – 02.909.693/0001-65

**PROCESSO:** Processo Administrativo nº 3.992/2023, Processo Administrativo nº 12.462/2023 e Ofício  
nº 5930/2025

**LICITAÇÃO:** Licitação Pública Nacional nº 82002/2022

**OBJETO:** ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 02.008/2023/UEP/SEGGOV

**CLÁUSULAS ALTERADAS:** Cláusula Oitava – Da Vigência do Contrato e o Prazo de Execução do  
Serviço (Termo de Referência)

**PRAZO EXECUÇÃO:** 29 meses

**PRAZO VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 31 meses

**VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R\$ 16.767.306,72 (dezesseis milhões, setecentos e sessenta e sete  
mil, trezentos e seis reais e setenta e dois centavos).

##### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Classificação Funcional: 71.101.16.482.5552.711617

Especificações: PLANEJAMENTO URBANO, SUSTENTÁVEL, INTEGRADO E GESTÃO DA  
CIDADE

Elemento de Despesa: 4.4.90.51

Fonte de recursos: 1754 / 1500

Integrante do PPA Vigente.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 57 e 58 da Lei nº 8666/1993, GN 2350-15, Regulamento Operacional do  
Programa, Contrato de Empréstimo nº 4444/OC-BR e demais legislações que regem o Programa João  
Pessoa Sustentável.

João Pessoa, 29 de Abril de 2025.

**Vaulene de Lima Rodrigues**

Coordenadora-Geral da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável

**Rouger Xavier Guerra Junior**

Secretário da Gestão Governamental do Município de João Pessoa/PB  
Contratante

Assinado por 1 pessoa: MÁRCIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/2C63-0580-B1C8-9114> e informe o código 2C63-0580-B1C8-9114



Assinado por 3 pessoas: WELLYSON CARVALHO DO BU, VAULENE DE LIMA RODRIGUES e ROUGGER XAVIER GUERRA JUNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/AD51-1A44-D540-1802> e informe o código AD51-1A44-D540-1802







EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo: 3.106/2025

NÚMERO DO CONTRATO: 12.001/2025

CONTRATANTE: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE JOÃO PESSOA

CONTRATADO: BRAZILLIANT GI - CONSULTORIA EM GESTÃO ORGANIZACIONAL INOVADORA E DE PROJETOS LTDA  
CNPJ: nº 10.015.020/0001-90

Objeto: SERVIÇO DE CONSULTORIA PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Início da Vigência 08/05/2025 à 07/05/2026

Valor Estimado dos Contratos: R\$ 1.374.549,00 (um milhão trezentos e setenta e quatro reais quinhentos e quarenta e nove reais)

Unidade Orçamentária: 12.301.18.541.5381.444202  
Fonte Recurso: 1.759  
Elemento: 33.90.39

João Pessoa, 13 de maio de 2025

WELISON ARAÚJO SILVEIRA  
Secretário de Meio Ambiente

Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAÚJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E24F-0DBA-B2B7-B11D



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: E24F-0DBA-B2B7-B11D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ WELISON ARAÚJO SILVEIRA (CPF 008.XXX.XXX-75) em 15/05/2025 17:04:49 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E24F-0DBA-B2B7-B11D>



EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo: 22.220/2024

NÚMERO DO CONTRATO: 12.002/2025

CONTRATANTE: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE JOÃO PESSOA

CONTRATADO: ETERNO PET CREMATÓRIO E SERVIÇOS LTDA  
CNPJ: 33.681.256/0001-60

Objeto: Serviço de Coleta e Cremação Coletiva de Animais de Pequeno e Médio Porte

Início da Vigência 01/04/2025 à 12/03/2026

Valor Estimado dos Contratos: R\$ 1.374.549,00 (um milhão trezentos e setenta e quatro reais quinhentos e quarenta e nove reais)

Unidade Orçamentária: 1200.12.101.18.541.5294.12.7008  
1200.12.101.18.541.5294.12.7007

Fonte Recurso: 1.500  
Elemento: 33.90.39

João Pessoa, 13 de maio de 2025

WELISON ARAÚJO SILVEIRA  
Secretário de Meio Ambiente

Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAÚJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8A8C-F234-EA93-D35A



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: D1E2-20C5-80A8-2DFA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ WELISON ARAÚJO SILVEIRA (CPF 008.XXX.XXX-75) em 15/05/2025 15:15:54 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D1E2-20C5-80A8-2DFA>

EXTRATO N.º 81/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, terá vigência até o final do exercício financeiro, relativos ao Pregão Eletrônico 62.048/2023, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.256/2025	TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP	R\$ 4.624,00 (Quatro mil, Seiscentos e Vinte e Quatro Reais)	15 de maio de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP  
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO  
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas  
CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 8A8C-F234-EA93-D35A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 15/05/2025 15:02:32 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8A8C-F234-EA93-D35A>

EXTRATO N.º 82/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos ao Pregão Eletrônico 62.048/2023, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.259/2025	ELFA MEDICAMENTOS S.A.	R\$ 41.690,50 (Quarenta e Um mil, Seiscentos e Noventa Reais e Cinquenta centavos)	15 de maio de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP  
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO  
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas  
CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E62D-FE30-8DEF-C07E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 15/05/2025 15:03:30 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E62D-FE30-8DEF-C07E>

EXTRATO N.º 83/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES COM CESSÃO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, com vigência de **9 (nove) meses** e possibilidade de prorrogação, nos termos dos artigos 106-107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite da dispensa por valor, com eficácia após a publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), no Portal de Transparência Pública do Município e Semanário Oficial do Município, relativos ao Pregão Eletrônico 62.006/2024, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.262/2025	OBAB PRODUTOS E SERVIÇOS ANALÍTICOS LTDA	R\$ 2.832,00 (Dois mil, Oitocentos e Trinta e Dois reais)	15 de maio de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP  
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO  
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas  
CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 80F1-3966-79E2-030C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 15/05/2025 15:04:47 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/80F1-3966-79E2-030C>

EXTRATO N.º 84/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, **terá vigência até o final do exercício financeiro**, relativos ao Pregão Eletrônico 62.048/2023, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.257/2025	HOSPITALMED LTDA-EPP	R\$ 6.048,00 (Seis mil e Quarenta e Oito Reais)	15 de maio de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP  
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO  
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas  
CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 26E4-049A-B6BE-CDED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 15/05/2025 15:07:53 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/26E4-049A-B6BE-CDED>



EXTRATO N.º 85/2025

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, **PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES COM CESSÃO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS**, de modo a atender as finalidades precípua da Administração, com vigência de **9 (nove) meses** e possibilidade de prorrogação, nos termos dos artigos 106-107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite da dispensa por valor, com eficácia após a publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), no Portal de Transparência Pública do Município e Semanário Oficial do Município, relativos ao Pregão Eletrônico 62.006/2024, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 – Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde;

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.266/2025	WEBMED SOLUCOES EM SAUDE LTDA	R\$ 213.836,00 (Duzentos e Treze Mil, Oitocentos e Trinta e Seis reais)	15 de maio de 2025

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP  
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO  
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas  
CONTRATANTE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 9339-E7C1-32E9-F63C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 15/05/2025 15:05:41 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/9339-E7C1-32E9-F63C>

**FUNJOPE**  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA



EXTRATO DE CONTRATO

**EXTRATO DO CONTRATO DE N.º 0280/2025.**  
**CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.  
**CONTRATADO (A):** ANA LAURA LIMA DO NASCIMENTO.  
**OBJETO:** Contrata a referida violonista para uma apresentação no dia 09 de maio de 2025, com início previsto das 16h30 às 17h30, no projeto Sol Maior, no hotel globo – Varadouro.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

João Pessoa, 08 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C18E-2162-1D30-DD99

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 14:22:16 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C18E-2162-1D30-DD99>

**FUNJOPE**  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA



EXTRATO DE CONTRATO

**EXTRATO DO CONTRATO DE N.º 0281/2025.**  
**CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.  
**CONTRATADO (A):** LUCIENE MELO.  
**OBJETO:** Contrata a referida cantora, para uma apresentação no dia 10 de maio de 2025, com horário previsto das 23h às 00h, nos "34 anos DA COMUNIDADE JOÃO PAULO II", na Rua: Estudante Joseane Ferreira De Aguiar - Bairro João Paulo II.  
**VALOR TOTAL:** R\$ R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

João Pessoa, 08 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EE2A-35B7-3599-B802

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 12/05/2025 09:29:52 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/EE2A-35B7-3599-B802>

**EXTRATO DE CONTRATO****EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 0282/2025.****CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.**CONTRATADO (A):** DJ MERMAID.**OBJETO:** Contrata o referido DJ para uma apresentação no dia 11 de maio de 2025, das 16h às 17h, no Projeto Circulador Cultural, na Casa da Pólvora – Roger.**VALOR TOTAL:** R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

João Pessoa, 08 de maio de 2025.

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**  
Diretor Executivo – FUNJOPE**VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS**

Código para verificação: 4CC5-B1EA-4C8E-B8AF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA** (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 14:06:34 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4CC5-B1EA-4C8E-B8AF>**EXTRATO DE CONTRATO****EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 0283/2025.****CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.**CONTRATADO (A):** ESCURINHO.**OBJETO:** Contrata o referido artista para uma apresentação no dia 10 de maio de 2025, com horário previsto das 18h às 20h, evento "FEIRA DE CORDEL", no busto de Tamarandé – Tambaú.**VALOR TOTAL:** R\$ 3.000,00 (três mil reais).

João Pessoa, 08 de maio de 2025.

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**  
Diretor Executivo – FUNJOPE**VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS**

Código para verificação: 4D9D-AB8C-D8E6-990C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA** (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 13:59:09 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4D9D-AB8C-D8E6-990C>**EXTRATO DE CONTRATO****EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 0285/2025.****CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.**CONTRATADO (A):** XOTE NÓS 3.**OBJETO:** Contrata o referido grupo para uma apresentação no dia 17 de maio de 2025, com horário previsto das 18h às 20h, na "FEIRA DE CORDEL", no busto de Tamarandé – Tambaú.**VALOR TOTAL:** R\$ 3.000,00 (três mil reais).

João Pessoa, 08 de maio de 2025.

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**  
Diretor Executivo – FUNJOPE**VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS**

Código para verificação: C50A-8235-1690-A466

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA** (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 14:12:40 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C50A-8235-1690-A466>**EXTRATO DE CONTRATO****EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 0286/2025.****CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.**CONTRATADO (A):** SWING NORDESTINO.**OBJETO:** Contrata o referido trio para uma apresentação no dia 31 de maio de 2025, com horário previsto das 18h às 20h, na feira de cordel, no busto de Tamarandé – Tambaú.**VALOR TOTAL:** R\$ 3.000,00 (três mil reais).

João Pessoa, 09 de maio de 2025.

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**  
Diretor Executivo – FUNJOPE**VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS**

Código para verificação: 15AC-583E-4774-C73E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA** (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 17:26:47 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/15AC-583E-4774-C73E>





#### EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE N° 0287/2025.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.

CONTRATADO (A): DAMIÃO MORENO.

OBJETO: Contrata o referido artista para uma apresentação no dia 24 de maio de 2025, das 18h às 20h, evento "FEIRA DE CORDEL", no busto de Tamandaré – Tambaú.

VALOR TOTAL: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

João Pessoa, 09 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 47C2-B02F-3B5A-05B3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 17:24:02 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/47C2-B02F-3B5A-05B3>



#### EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE N° 0288/2025.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.

CONTRATADO (A): ALBERTO BAKANA.

OBJETO: Contrata o referido artista para uma apresentação no dia 28 de junho de 2025, com horário previsto das 19h às 21h, evento "POLOS DO SÃO JOÃO 2025", no ponto final do bairro do Novais.

VALOR TOTAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

João Pessoa, 09 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: E77D-0739-AD48-B127

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 17:34:53 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E77D-0739-AD48-B127>



#### EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE N° 0290/2025.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.

CONTRATADO (A): TIAGO ARRAES.

OBJETO: Contrata o referido artista, para uma apresentação no dia 28 de junho de 2025, das com horário previsto 21h às 23h, no evento "POLOS DO SÃO JOÃO 2025", no ponto final do bairro dos Novais.

VALOR TOTAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

João Pessoa, 12 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 69A3-77BC-5034-80EA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 14:17:53 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/69A3-77BC-5034-80EA>



#### EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE N° 0291/2025.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA - FUNJOPE.

CONTRATADO (A): SALETE MARROM.

OBJETO: Contrata o referido artista, para uma apresentação no dia 16 de maio de 2025, com horário previsto das 11h às 13h, no evento "DIA DO AGENTE DE LIMPEZA", na sede da EMLUR.

VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00 (dez mil reais).

João Pessoa, 12 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Diretor Executivo – FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: A569-7BEB-E9A3-3D0B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 17:31:26 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/A569-7BEB-E9A3-3D0B>



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.001/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.037/2025

PROCESSO ADM. Nº 30.168/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.001/2025, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de materiais de pintura destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	TEMM COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ:	29.619.153/0001-01
FONE/FAX:	(83) 98605-0800/(83) 3225-3434
END:	Rua João de Brito Lima Moura, 100 - Mandacaru
CIDADE/ESTADO	João Pessoa - PB
CEP:	58027-070
EMAIL:	sampaiolicitacao@gmail.com
RESPONSÁVEL LEGAL:	MARCELO SAMPAIO LEITE
RG Nº 31334508 SSP/PB	CPF Nº 076.284.404-36

ITEM	UNID	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	Galão	EXCLUSIVA Aguarrás (solvente de tinta sintética), 5 litros.	400	SOLUT	R\$ 29,90	R\$ 11.960,00
02	Galão	EXCLUSIVA Thinner, 5 litros, diluição de esmalte 4s, óleos e vernizes.	200	SOLUT	R\$ 38,90	R\$ 7.780,00
03	Und	EXCLUSIVA Bandeja plástica para pintura, capacidade: 1000 ml, Material: PVC	200	ATLAS	R\$ 3,49	R\$ 698,00
04	Und	EXCLUSIVA Broxa pintura, material base e cabo: madeira, formato: retangular, comprimento: 19,6 cm, largura: 5,6 cm	600	ATLAS	R\$ 3,99	R\$ 2.394,00
05	Und.	EXCLUSIVA Cabo para rolo de 23 cm	500	ATLAS	R\$ 2,10	R\$ 1.050,00
06	Und.	EXCLUSIVA Cabo rolo de pintura, tipo: extensor, tamanho: 3 a7m, material: fibra de vidro.	20	ATLAS	R\$ 22,00	R\$ 440,00
07	Und.	EXCLUSIVA Cabo rolo de pintura, tipo: extensor, tamanho: 4m, material: alumínio.	10	ATLAS	R\$ 39,20	R\$ 392,00
09	Und.	EXCLUSIVA Rolo pintura predial, material: espuma poliéster, comprimento: 9 cm, com cabo.	500	ATLAS	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
10	Und.	EXCLUSIVA Rolo pintura predial, material: espuma sintética, comprimento: 23 cm.	200	ATLAS	R\$ 6,99	R\$ 1.398,00
12	Und.	EXCLUSIVA Trincha, material cabo: madeira laqueada, tamanho: 1/2 pol., tipo cabo: anatômico.	400	ATLAS	R\$ 0,89	R\$ 356,00
13	Und.	EXCLUSIVA Trincha, material cabo: madeira laqueada, tamanho: 3 pol., tipo cabo: anatômico.	800	ATLAS	R\$ 3,20	R\$ 2.560,00
14	Und.	EXCLUSIVA Trincha, material cabo:	400	ATLAS	R\$ 1,10	R\$ 440,00

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5076> e informe o código CC33-1E94-20F9-5076



Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5076> e informe o código CC33-1E94-20F9-5076



		madeira laqueada, tamanho:3/4 pol., tipo cabo: anatômico.				
15	Und.	EXCLUSIVA Trincha, material cabo: plástico, tamanho: 1 pol, tipo cabo: curto.	800	ATLAS	R\$ 1,20	R\$ 960,00
16	Und.	EXCLUSIVA Trincha, material cabo: plástico, tamanho: 2 pol tipo cabo: anatômico.	800	ATLAS	R\$ 2,20	R\$ 1.760,00
17	Und.	EXCLUSIVA Trincha, material cabo: plástico, tamanho: 4 pol. tipo cabo: anatômico.	800	ATLAS	R\$ 5,00	R\$ 4.000,00
18	Saco	EXCLUSIVA Cal Hidratada, 10kg, apresentação: pó, aplicação: construção em geral.	200	CALMAIS	R\$ 6,90	R\$ 1.380,00
19	Galão	EXCLUSIVA Cola, cor: branca, aplicação: madeiras, laminados decorativos, plásticos, papel, 1 kg	1500	FORTNIL	R\$ 10,50	R\$ 15.750,00
23	Bisnaga	EXCLUSIVA Corante para tinta, 50 ml, cor: preta.	300	GLOBO	R\$ 2,00	R\$ 600,00
24	Bisnaga	EXCLUSIVA Corante para tinta, 50 ml, cor: verde.	200	GLOBO	R\$ 1,20	R\$ 240,00
29	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético 3,6 litros, cor: verde, aplicação: interior e exterior, secagem rápida.	300	QUIMILUX	R\$ 32,00	R\$ 9.600,00
30	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético 3,6 litros, cor: vermelho, secagem rápida.	200	QUIMILUX	R\$ 34,00	R\$ 6.800,00
31	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético fosco 3,6L, secagem rápida, creme, aplicação: interior e exterior, secagem rápida.	200	QUIMILUX	R\$ 35,00	R\$ 7.000,00
		EXCLUSIVA				
32	Galão	Esmalte sintético fosco 3,6L, secagem rápida, lilás, aplicação: interior e exterior, secagem rápida.	100	QUIMILUX	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
33	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético fosco 3,6L, secagem rápida, preto. Aplicação: madeiras, metais ferrosos, galvanizados, alumínio e alvenarias.	200	QUIMILUX	R\$ 32,00	R\$ 6.400,00
34	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético fosco 3,6L, secagem rápida, rosaclaro. aplicação: interior e exterior, secagem rápida.	100	QUIMILUX	R\$ 49,00	R\$ 4.900,00
		EXCLUSIVA				
36	Galão	Esmalte sintético, 3,6 litros, cor: branca neve, aplicação: interior e exterior, secagem rápida.	300	QUIMILUX	R\$ 31,90	R\$ 9.570,00
37	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético, 3,6 litros, cor: preta, secagem rápida.	200	QUIMILUX	R\$ 34,00	R\$ 6.800,00
38	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético, 3,6 litros, cor: marrom tabaco, secagem rápida.	100	QUIMILUX	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
39	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético, 3,6 litros, cor: marfim, secagem rápida.	100	QUIMILUX	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
45	Und.	EXCLUSIVA Fita adesiva, tipo: demarcação, material: PVC, cor: amarela, comprimento: 50 mm x 30 m.	100	ADEBRAS	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
47	Und.	EXCLUSIVA Fita de sinalização segurança zebraada sem adesivo, amarela e preta, 70mm x 100m	100	ADEBRAS	R\$ 5,50	R\$ 550,00
50	Und	EXCLUSIVA Lixa tipo: massa, folha, tipo grão: 120.	500	NORTON	R\$ 0,39	R\$ 195,00
53	Und.	EXCLUSIVA Lixa tipo: massa, folha, tipo grão: 80.	500	NORTON	R\$ 0,40	R\$ 200,00

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5076> e informe o código CC33-1E94-20F9-5076



Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5076> e informe o código CC33-1E94-20F9-5076





54	Latão	EXCLUSIVA Massa corrida, 18 litros, aplicação interior	250	FORTNIL	R\$ 25,00	RS 6.250,00
55	Latão	EXCLUSIVA Massa corrida, 18 litros, tipo: acrílica, aplicação: exterior	200	FORTNIL	R\$ 39,00	RS 7.800,00
57	Latão	EXCLUSIVA Selador, tinta acrílica predial, 18 litros.	200	FORTNIL	R\$ 39,00	RS 7.800,00
60	Galão	EXCLUSIVA Zarcão, 3,6 litros, secagem: rápida, antiferrugem	50	FORTNIL	R\$ 35,00	RS 1.750,00
64	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso Brilhante 400 ml, cor: laranja, uso: interno e externo.	150	TEKBOND	R\$ 7,80	RS 1.170,00
65	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso Brilhante 400 ml, cor: lilás, uso: interno e externo.	100	TEKBOND	R\$ 5,00	RS 500,00
66	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso Brilhante 400 ml, cor: marrom, uso: interno e externo.	150	TEKBOND	R\$ 7,80	RS 1.170,00
67	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso Brilhante 400 ml, cor: preto, uso: interno e externo.	150	TEKBOND	R\$ 7,00	RS 1.050,00
68	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso Brilhante 400 ml, cor: rosa-claro, uso: interno e externo.	150	TEKBOND	R\$ 7,00	RS 1.050,00
69	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso Brilhante 400 ml, cor: verde, uso: interno e externo.	150	TEKBOND	R\$ 7,00	RS 1.050,00
71	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso fosco 400 ml, cor: branco, uso: interno e externo.	150	TEKBOND	R\$ 6,50	RS 975,00
72	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso fosco 400 ml, cor: preto, uso: interno e externo.	150	TEKBOND	R\$ 7,00	RS 1.050,00

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5076> e informe o código CC33-1E94-20F9-5076

**D**

76	Latão	AMPLA CONCORRÊNCIA Tinta acrílica emborrachada, cor: branco neve, 18 Litros.	400	ITATIUNGA	R\$ 109,99	43.996,00
77	Latão	COTA RESERVADA Tinta acrílica emborrachada, cor: branco neve, 18 Litros.	100	ITATIUNGA	R\$ 109,99	RS 10.999,00
78	Latão	EXCLUSIVA Tinta acrílica lavável, 18 litros, cor: lilás, aplicação: externa.	100	QUIMILUX	R\$ 56,00	RS 5.600,00
79	Latão	AMPLA CONCORRÊNCIA Tinta acrílica, 18 litros, cor: amarelo ouro, acabamento: fosco, aplicação: interna e externa.	240	QUIMILUX	R\$ 40,00	RS 9.600,00
80	Latão	COTA RESERVADA Tinta acrílica, 18 litros, cor: amarelo ouro, acabamento: fosco, aplicação: interna e externa.	60	QUIMILUX	R\$ 40,00	RS 2.400,00
81	Latão	EXCLUSIVA Tinta acrílica, 18 litros, cor: azul del rey, acabamento: semibrilho, aplicação: interna e externa.	200	QUIMILUX	R\$ 39,00	RS 7.800,00
82	Latão	AMPLA CONCORRÊNCIA Tinta acrílica, 18 litros, cor: branco gelo, acabamento: fosco, aplicação: interna e externa.	800	QUIMILUX	R\$ 35,00	RS 28.000,00
83	Latão	COTA RESERVADA Tinta acrílica, 18 litros, cor: branco gelo, acabamento: fosco, aplicação: interna e externa.	200	QUIMILUX	R\$ 35,00	RS 7.000,00
86	Latão	EXCLUSIVA Tinta acrílica, 18 litros, cor: preta, aplicação interna e externa.	50	QUIMILUX	R\$ 45,00	RS 2.250,00
87	Latão	EXCLUSIVA Tinta acrílica, 18 litros, cor: verde primavera, aplicação	200	QUIMILUX	R\$ 35,00	RS 7.000,00

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5076> e informe o código CC33-1E94-20F9-5076

**D**

88	Latão	EXCLUSIVA Tinta acrílica, 18 litros, cor: vermelho, acabamento: semibrilho, aplicação: interna e externa.	100	QUIMILUX	R\$ 80,00	RS 8.000,00
89	Latão	EXCLUSIVA Tinta para piso, 18 litros, acabamento: fosco, cor: preta, aplicação: interna e externa.	50	QUIMILUX	R\$ 70,00	RS 3.500,00
90	Latão	EXCLUSIVA Tinta para piso, 18 litros, acabamento: fosco, cor: verde, aplicação: interna e externa.	50	QUIMILUX	R\$ 45,00	RS 2.250,00
91	Latão	EXCLUSIVA Tinta para piso, 18 litros, cor: amarela, aplicação: interna e externa	100	QUIMILUX	R\$ 49,00	RS 4.900,00
92	Latão	EXCLUSIVA Tinta para piso, 18 litros, cor: azul del rey, aplicação: interna e externa.	50	QUIMILUX	R\$ 45,00	RS 2.250,00
93	Latão	EXCLUSIVA Tinta para piso, 18 litros, cor: vermelha, aplicação: interna e externa.	100	QUIMILUX	R\$ 49,00	RS 4.900,00
94	Latão	EXCLUSIVA Tinta para piso, 18 litros, cor: concreto, tipo acabamento: fosco, aplicação: interna e externa.	100	QUIMILUX	R\$ 42,00	RS 4.200,00
95	Galão	EXCLUSIVA Verniz incolor, 3,6 litros, acabamento: brilhante, aplicação: madeira.	50	IQUINE	R\$ 35,00	RS 1.750,00
96	Galão	EXCLUSIVA Verniz incolor, 3,6 litros, aplicação: metal, duplo filtro solar, tipo: marítimo.	50	IQUINE	R\$ 49,00	RS 2.450,00
97	Galão	EXCLUSIVA Verniz, 3,6 litros, cor: mogno, aplicação: madeira, características: filtro solar/proteção sol e chuva.	50	IQUINE	R\$ 48,00	RS 2.400,00

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5076> e informe o código CC33-1E94-20F9-5076

**D**

**VALOR TOTAL: R\$312.153,00 (trezentos e doze mil e cento e trinta e três reais).**

3.2. As informações orçamentárias e financeiras estão assim dispostas:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.30	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - ETL Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
10.101.12.365.5417.102682	3.3.90.30	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - MANUTENÇÃO ED. INFANTIL - Novas Turmas- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
10.101.12.122.5417.102785	3.3.90.30	500 - Recursos não vinculados de impostos

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5076> e informe o código CC33-1E94-20F9-5076

**D**

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de **1 (um) ano**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do Decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 e 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes em dos fornecedores que:
- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5076> e informe o código CC33-1E94-20F9-5076

**D**



- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ficando tais informações disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, *d* da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *apart* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### 9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro  
Secretária de Educação e Cultura

Documento assinado digitalmente por  
MARCELO SAMPAIO LEITE  
Data: 15/05/2025 08:28:48-0300  
Verifique em <https://validar.dig.br>

JEMM COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA  
CNPJ Nº 29.619.153/0001-01  
MARCELO SAMPAIO LEITE  
CPF Nº 076.284.404-36

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.001/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.038/2025

PROCESSO ADM. Nº 30.168/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.001/2025, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de materiais de pintura destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

- 2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR
CNPJ:	01.091.310/0001-21
FONE/FAX:	(83) 3321-0874
END:	AV PREFEITO SEVERINO BEZERRA CABRAL, 3800
CIDADE/ESTADO	CAMPINA GRANDE - PB
CEP:	58.408-000
EMAIL:	<a href="mailto:solido.matconst@gmail.com">solido.matconst@gmail.com</a>
RESPONSÁVEL LEGAL:	GILSON CARLOS GOUVEIA DA SILVA
RG Nº 941.250 SSP/PB	CPF Nº 403.565.744-15

ITEM	UNID	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
------	------	-------------------------	--------	-------	---------	----------

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5876> e informe o código CC33-1E94-20F9-5876



Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5876> e informe o código CC33-1E94-20F9-5876



Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5876> e informe o código CC33-1E94-20F9-5876



Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5876> e informe o código CC33-1E94-20F9-5876





08	Und.	EXCLUSIVA Rolo de lá sintética antirrespingos, 23cm, com cabo plástico e suporte metálico.	500	ATLAS	RS 5,99	RS 2.995,00
11	Und	EXCLUSIVA Rolo pintura predial, material: lá de carneiro, comprimento: 9 cm, com cabo.	500	ATLAS	RS 5,30	RS 2.650,00
35	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético fosco, 3,6 litros, branco gelo, interior e exterior, secagem rápida.	200	LUX	RS 60,40	RS 12.080,00
40	Und	EXCLUSIVA Espátula de aço carbono, cabo de madeira, 10 cm	100	LOTUS	RS 6,50	RS 650,00
41	Kg	EXCLUSIVA Estopa de fio algodão alveado, cor: branca.	200	JFERRAGENS	RS 8,80	RS 1.760,00
42	Und.	EXCLUSIVA Fita adesiva antiderrapante, material: vinil, cor: amarela, comprimento: 50 mm x 30 m.	100	LOTUS	RS 28,00	RS 2.800,00
43	Und.	EXCLUSIVA Fita adesiva, material: crepe, largura: 50mm, comprimento: 50m, cor: bege	400	LOTUS	RS 6,12	RS 2.448,00
44	Und.	EXCLUSIVA Fita adesiva, tipo: demarcação, largura: 50 mm, comprimento: 30 m, cor: vermelha.	100	LOTUS	RS 11,90	RS 1.190,00
46	Und.	EXCLUSIVA Fita autoadesiva, material: PVC, tipo: autoadesiva, cor: azul, comprimento: 50 mm x 30 m.	100	LOTUS	RS 12,50	RS 1.250,00
48	Und.	EXCLUSIVA Graxa lubrificante de óleo mineral, tipo espessante: lítio, 500g.	10	MUNDIAL	RS 14,00	RS 140,00
56	Lata	EXCLUSIVA Selador para madeira, 3,6 litros, incolore.	20	LUX	RS 48,00	RS 960,00
58	Bisnaga	EXCLUSIVA				

Assinado por: Jussara AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5B78> e informe o código CC33-1E84-20F9-5B78

		Sálcure adesivo, 280g, cor: transparente.	300	PROSIL	RS 9,13	RS 2.739,00
61	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso Brilhante 400 ml, cor: amarelo, uso: interno e externo.	150	LUX	RS 8,50	RS 1.275,00
62	Und.	EXCLUSIVA Spray Multiuso Brilhante 400 ml, cor: azul, uso: interno e externo.	150	LUX	RS 10,00	RS 1.500,00
73	Latão	EXCLUSIVA Tinta acrílica elastomérica, 18 litros, cor: cinza, tipo acabamento: emborrachado, antiafôlo, antitermos.	100	MARELUX	RS 141,00	RS 14.100,00
74	Latão	AMPLA CONCORRÊNCIA Tinta acrílica emborrachada, cor: branco gelo, 18 Litros.	400	MARELUX	RS 123,00	RS 49.200,00
75	Latão	COTA RESERVADA Tinta acrílica emborrachada, cor: branco gelo, 18 Litros.	100	MARELUX	RS 123,00	RS 12.300,00
84	Latão	AMPLA CONCORRÊNCIA Tinta acrílica, 18 litros, cor: branco neve, acabamento: semibulho, aplicação: interna e externa.	800	MARELUX	RS 49,00	RS 39.200,00
85	Latão	COTA RESERVADA Tinta acrílica, 18 litros, cor: branco neve, acabamento: semibulho, aplicação: interna e externa.	200	MARELUX	RS 49,00	RS 9.800,00
VALOR TOTAL: R\$159.037,00 (cento e cinquenta e nove mil e trinta e sete reais).						

3.2. As informações orçamentárias e financeiras estarão assim dispostas:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.30	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - ETI, Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.
10.101.12.365.5417.102682	3.3.90.30	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO

Assinado por: Jussara AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5B78> e informe o código CC33-1E84-20F9-5B78

		569 - Outras transferências de recursos FNDE - MANUTENÇÃO ED. INFANTIL - Novas Turmas- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
10.101.12.122.5417.102785	3.3.90.30	500 - Recursos não vinculados de impostos

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de **1 (um) ano**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do Decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento na contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que compoem o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual anulação nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ficando tais informações disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, *d* da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

Assinado por: Jussara AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5B78> e informe o código CC33-1E84-20F9-5B78





PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.001/2025  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.039/2025  
PROCESSO ADM. Nº 30.168/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.001/2025, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
- 1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de materiais de pintura destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.
2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE**
- 2.1. Integram a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.
3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**
- 3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ:	27.073.801/0001-33
FONE/FAX:	(83) 9869-0554
END:	R. GENERAL PEROUSE- N 259 - CENTRO
CIDADE/ESTADO	CONDE-PB
CEP:	58.322-000
EMAIL:	condeconstrucoesltda@gmail.com
RESPONSÁVEL LEGAL:	FELIPE GUSTAVO BORGES DA SILVA
RG Nº SSP/PB	2.742.583 - CPF Nº 072.451.184-93

ITEM	UNID	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
25	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético 3,6 litros, cor: amarela, aplicação: interior e exterior, secagem rápida.	300	HARZ	R\$ 34,00	R\$ 10.200,00
26	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético 3,6 litros, cor: azul del Rey, aplicação: interior e exterior, secagem rápida.	300	HARZ	R\$ 37,00	R\$ 11.100,00
27	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético 3,6 litros, cor: azul francês, secagem rápida, aplicação: interior e exterior.	300	HARZ	R\$ 36,00	R\$ 10.800,00
28	Galão	EXCLUSIVA Esmalte sintético 3,6 litros, cor: cinza médio, aplicação: interior e exterior, secagem rápida.	300	HARZ	R\$ 40,00	R\$ 12.000,00
49	Und.	EXCLUSIVA Lapis para carpinteiro, grafite.	200	CORTAG	R\$ 0,70	R\$ 140,00
51	Und.	EXCLUSIVA Lixa tipo: massa, folha, tipo grão: 180	500	NORTON	R\$ 0,49	R\$ 245,00
52	Und.	EXCLUSIVA Lixa tipo: massa, folha, tipo grão: 220.	500	NORTON	R\$ 0,45	R\$ 225,00
VALOR TOTAL: R\$ 44.710,00 (quarenta e quatro mil e setecentos e dez reais).						

3.2. As informações orçamentárias e financeiras estão assim dispostas:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.30	500 – Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB 550 – FUNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 – Outras transferências de recursos FND – ETL Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
10.101.12.365.5417.102682	3.3.90.30	500 – Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB 550 – FUNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 – Outras transferências de recursos FND – MANUTENÇÃO ED. INFANTIL – Novas Turmas- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
10.101.12.122.5417.102785	3.3.90.30	500 – Recursos não vinculados de impostos

- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do [caput](#) do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contatações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9. **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro  
Secretária de Educação e Cultura

RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR  
CNPJ Nº 01.091.310/0001-21  
GILSON CARLOS GOUVEIA DA SILVA  
CPF Nº 403.565.744-15

Assinado por: 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5876> e informe o código CC33-1E84-20F9-5876



Assinado por: 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5876> e informe o código CC33-1E84-20F9-5876



Assinado por: 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5876> e informe o código CC33-1E84-20F9-5876



Assinado por: 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5876> e informe o código CC33-1E84-20F9-5876





**4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de **1 (um) ano**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do Decreto Municipal nº 10.445/2023.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO**

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA**

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE**

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ficando tais informações disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO**

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, *d* da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não returar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não houverem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser decididas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro  
Secretária de Educação e Cultura  
Documento assinado digitalmente  
 FELIPE GUSTAVO BORGES DA SILVA  
Data: 13/05/2025 11:24:17 -0300  
Verifique em: <https://validar.xm.gov.br>  
CONDE COM CNPJ Nº 27.035.801/0001-33  
FELIPE GUSTAVO BORGES DA SILVA  
CPF Nº 072.451.184-93  
ISTRUÇÃO LTDA

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F5-5876> e informe o código CC33-1E94-20F5-5876



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F5-5876> e informe o código CC33-1E94-20F5-5876



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F5-5876> e informe o código CC33-1E94-20F5-5876



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F5-5876> e informe o código CC33-1E94-20F5-5876







PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.001/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.040/2025

PROCESSO ADM. Nº 30.168/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Mácia América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.001/2025, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de materiais de pintura destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

- 2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	OSVALDO R AGRA DE SOUZA COMÉRCIO E SERVICOS
CNPJ:	46.871.900/0001-05
FONE/FAX:	(83) 9.9179 3000.
END:	Rua Fernandes Vieira, Nº 386, Bairro José Pinheiro
CIDADE/ESTADO	Campina Grande - PB
CEP:	58407-490
EMAIL:	construagradm@gmail.com
RESPONSÁVEL LEGAL:	Osvaldo Roberto Agra de Souza
RG Nº 1200.988 SSP/PB	CPF Nº 760.901.084-72

ITEM	UNID	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
		EXCLUSIVA				
70	Und.	Spray Multiuso Brilhante 400 ml, cor: vermelho metálico, uso: interno e externo.	150	TINTAS LUX	RS 14,15	RS 2.122,50
VALOR TOTAL: R\$2.122,50 (dois mil e cento e vinte e dois reais e cinquenta centavos).						

3.2. As informações orçamentárias e financeiras estarão assim dispostas:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.30	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - ETL Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
10.101.12.365.5417.102682	3.3.90.30	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - MANUTENÇÃO ED. INFANTIL - Notas Têmicas- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
10.101.12.122.5417.102785	3.3.90.30	500 - Recursos não vinculados de impostos

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do Decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos arts. 105 e 114 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.

- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.

- 6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.

- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ficando tais informações disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo objeto, nas seguintes situações:

- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insustentável o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5876> e informe o código CC33-1E84-20F9-5876



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5876> e informe o código CC33-1E84-20F9-5876



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5876> e informe o código CC33-1E84-20F9-5876



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E84-20F9-5876> e informe o código CC33-1E84-20F9-5876





- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do [art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro  
Secretária de Educação e Cultura

OSVALDO R AGR A DE SOUZA COMÉRCIO E SERVIÇOS  
CNPJ Nº 46.871.900/0001-05  
Osvaldo Roberto Agra de Souza  
CPF Nº 760.901.084-72

OSVALDO R AGR A DE  
SOUZA COMÉRCIO E  
SERVIÇOS 468719000  
00105  
Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://assinaturas.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5878>

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.001/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.041/2025

PROCESSO ADM. Nº 30.168/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.001/2025, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de materiais de pintura destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

- 2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	ANDRÉ BRAULIO JAPLIASSU NETO
CNPJ:	29.314.271/0001-01
FONE/FAX:	(83) 3066-4756 / 99976-7863
END:	Rua Natividade Ramos Vieira, 82A - Jardim Paulista
CIDADE/ESTADO:	Canginha Grande - PB
CEP:	58415-170
EMAIL:	<a href="mailto:japliassu@outlook.com">japliassu@outlook.com</a>
RESPONSÁVEL LEGAL:	ANDRÉ BRAULIO JAPLIASSU NETO
RG Nº 1554798 SSP PB	CPF Nº 024.116.644-60

ITE M	UNID	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
-------	------	-------------------------	-------	-------	---------	----------

20	Becinga	EXCLUSIVA Corante para tinta, 50 ml, cor: amarela.	200	SOLUT	R\$ 2,59	R\$ 518,00
21	Becinga	EXCLUSIVA Corante para tinta, 50 ml, cor: azul.	200	SOLUT	R\$ 2,59	R\$ 518,00
22	Becinga	EXCLUSIVA Corante para tinta, 50 ml, cor: marrom.	200	SOLUT	R\$ 2,59	R\$ 518,00
59	Lata	EXCLUSIVA Primer Universal, 900ml, cor: cinza.	20	BELA	R\$ 14,50	R\$ 290,00
63	Und.	EXCLUSIVA Spray Multinso Brilhante 400 ml, cor: branco, uso: interno e externo.	150	SIBRA	R\$ 7,40	R\$ 1.110,00
VALOR TOTAL: R\$2.954,00 (dois mil e novecentos e cinquenta e quatro reais).						

3.2. As informações orçamentárias e financeiras estarão assim dispostas:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.30	500 – Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB 550 – FUNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 – Outras transferências de recursos FNDE – ETL Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
10.101.12.365.5417.102682	3.3.90.30	500 – Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB 550 – FUNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 – Outras transferências de recursos FNDE – MANUTENÇÃO ED. INFANTIL – Novas Turmas- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
10.101.12.122.5417.102785	3.3.90.30	500 – Recursos não vinculados de impostos

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do Decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento por signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederam aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ficando tais informações disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, II, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou

planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não recluir a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### 9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro  
Secretária de Educação e Cultura

ANDRE BRAULIO JAPIASSU  
NETO:29314271000101

Assinado de forma digital por ANDRE BRAULIO JAPIASSU NETO:29314271000101  
Dados: 2025.05.12 15:24:30 -03'00'

ANDRÉ BRALIO JAPIASSU NETO  
CNPJ Nº 29.314.271/0001-01  
ANDRE BRAULIO JAPIASSU NETO  
CPF Nº 024.116.644-60



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: CC33-1E94-20F9-5876

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 15/05/2025 21:40:41 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CC33-1E94-20F9-5876>



SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEDHUC

#### EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

**Instrumento:** Termo de Fomento 07/2025

**Concedente:** Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

**Conveniente:** ASSOCIACAO PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA BOULEVARD - APECB  
**CNPJ:** 26.699.822/0001-04

**Representante Legal:** MÔNICA COLAÇO DOS SANTOS

**Objeto:** Repasse de subvenções sociais, cujo Plano de Trabalho da Conveniente foi devidamente aprovado pela SEDHUC, com recursos de Emenda Municipal.

**Vigência:** A partir da data da assinatura a 31 de março de 2026.

**Valor do Repasse:** R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

**Classificação Orçamentária:** 72302 28 845 5164.617061

**Elemento de Despesa:** 3.3 50.43 - Fonte 2660

João Pessoa, 16 de maio de 2025.

MÁRCIO DIEGO FERNANDES TAVARES DE ALBUQUERQUE  
SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C10B-0D67-179C-2637

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MÂRCIO DIEGO F TAVARES DE ALBUQUERQUE (CPF 011.XXX.XXX-02) em 16/05/2025 15:47:15 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C10B-0D67-179C-2637>

## AVISO



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria da Administração

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
CHAVE GGM: 7D2D-E59O-GHGY-Z6ZS

**Pregão Eletrônico SRP nº 06.021/2025 – LEI Nº 14.133/2021**  
**Número COMPRAS.GOV: 9.6021/2025**  
**Processo Administrativo nº 34.139/2024.**

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO – HORTIFRUTI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DEMANDANTES.

**UASG:** 982051

**Tipo:** MENOR PREÇO.

**Método De Disputa** Aberto/Fechado:

**Data de Abertura:** 29 de maio de 2025 às 09h00m. (Horário de Brasília - DF).

Local da Disputa: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Disponibilidade do Edital: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

<https://transparencia.joapessoa.pb.gov.br/#licitacoes> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br/>

Outras informações através do telefone: (83) 3213-5010.

João Pessoa, 15 de maio de 2025.

Lucélia Alves Silva  
Pregoeira



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FB2E-8944-8E0D-76A9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUCÉLIA ALVES SILVA (CPF 008.XXX.XXX-50) em 15/05/2025 13:33:45 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/FB2E-8944-8E0D-76A9>



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE SAÚDE

## AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 385/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.013/2025  
COMPRAS.GOV: 90.013  
CHAVE CGM: R112-TCG1-IIP6-008R  
DATA DE ABERTURA: 29/05/2025 – ÀS: 09:00hs. (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

**OBJETO:** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES ANTISSEPTICAS E MATERIAIS PARA ESTERILIZAÇÃO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA DESTINADAS A ATENÇÃO BÁSICA, REDE HOSPITALAR, ESPECIALIZADA (CEOS E POLICLÍNICAS), SAMU, UPAS E ZOONÓSES.

O Fundo Municipal de Saúde de João Pessoa, através de seu Pregoeiro Danilo Coêlho Rodrigues torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério do menor preço por item. O Edital ficará à disposição dos interessados no prazo prescrito na legislação pertinente, no site - [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/), e no site <https://transparencia.joapessoa.pb.gov.br/#licitacoes>. Consultas com o Pregoeiro e sua equipe de apoio, no HORÁRIO das 08:00h às 14:00h, no Fone: (83) 3213-7534 ou pelo e-mail [cel.smsjp@gmail.com](mailto:cel.smsjp@gmail.com). Fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 10.372/2023, Decreto Municipal nº 10.541/2024, Decreto Municipal nº 10.251/2023, Decreto Municipal 10.445/2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.563/2024, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

João Pessoa, de 15 de Maio de 2025.

Danilo Coêlho Rodrigues  
Pregoeiro da CSL  
SMS-JP



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4E5A-FD09-AE02-AABD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ DANILO COÊLHO RODRIGUES (CPF 072.XXX.XXX-66) em 15/05/2025 13:14:55 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/4E5A-FD09-AE02-AABD>

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CHAVE CGM:X2BI-8I76-VFPZ-7UA1**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11.013/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.124/2025**

**UASG: 982051**  
**Nº DA LICITAÇÃO NO COMPRAS.GOV: 91113/2025**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO AÉREA PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL: CELSO FURTADO, ANA CRISTINA, ANAYDE BEIRIZ, DURMEVAL TRIGUEIRO, ANTENOR NAVARRO E CMEI VERA LÚCIA, LOCALIZADAS EM JOÃO PESSOA, PB.

A Secretaria de Infraestrutura do Município de João Pessoa, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cuja sessão pública ocorrerá através do site: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). O acolhimento das propostas ocorrerá através do site [www.compras.gov.br/](http://www.compras.gov.br/) a partir do dia 16/05/2025. A abertura das propostas ocorrerá no dia 02/06/2025, com o início da disputa às 09h. O edital pode ser adquirido pelos sites [www.compras.gov.br/](http://www.compras.gov.br/) UASG: 982051 Nº da Licitação 91113/2025 e <http://transparencia.joapessoa.pb.gov.br/licitacoes>, a partir de 16 de maio de 2025.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

**Petrônio Wanderley de Oliveira Lima**  
Agente de Contratação e  
Pregoeiro Oficial da SEINFRA



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 4B61-25E4-8E66-3B6E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 15/05/2025 12:27:37  
GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/4B61-25E4-8E66-3B6E>

TERMO DE APOSTILAMENTO



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria da Administração  
GESTÃO DE CONTRATOS

TERMO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO Nº. 06-090/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06-052/2024  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21.720/2024 – 1 DOC

Para fins de alteração do gestor do Contrato de Nº. 06-090/2025 – PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDES, QUE ORA CELEBRAM ENTRE SI, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E A EMPRESA SHALON ASSISTENCIA FAMILIAR LTDA ME, realiza-se através do presente termo, as alterações abaixo:

ONDE SE LÊ:

Responsável	Matrícula
Ícaro Mendes Rodrigues (Gestor)	109.912-6
Manuela Formiga Beltrão, Matrícula (Fiscal Técnico)	102.783-4
Andreza Santos Felinto da Silva (Fiscal Administrativa)	106.804-2

LEIA-SE:

Responsável	Matrícula
Conceição de Lourdes Neves Santiago (Gestor)	52.291-1
Manuela Formiga Beltrão, Matrícula (Fiscal Técnico)	102.783-4
Andreza Santos Felinto da Silva (Fiscal Administrativa)	106.804-2

Tal procedimento tem como base o Processo Administrativo de nº 13.442/2025 e Memorando (interno) de nº 75.695/2025 – SEDES-DAF-DCOM.

João Pessoa - PB, 15 de Maio de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Secretaria da Administração  
GESTÃO DE CONTRATOS



TERMO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO 06-796/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06-019/2024  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.783/2023 – 1/DOC

Para fazer face ao reajuste de preços previsto no Contrato 06-796/2024 – referente à AQUISIÇÃO DE GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO – HORTIFRUTI, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SMS, QUE ORA CELEBRAM ENTRE SI, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E A EMPRESA NORT FRUT LTDA, fundamentado no artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realiza-se através do presente Termo, o Apostilamento na ordem do percentual abaixo:

Contrato	Percentual de Reajuste (%)	Valor Mensal Anterior (R\$)	Valor Mensal Reajustado (R\$)
06-796/2024	5,201440	R\$ 16.389,92	R\$ 17.242,43

**Fundamento Legal:** Tal procedimento tem como base o Processo 34.617/2024 gerado pelo Sistema 1 DOC, na solicitação pleiteada pela empresa através do Protocolo de nº 190.110/2024, no entendimento manifestado pelo Parecer Jurídico 1.671/2025 emitido pela PROGEM/SMS, reajustado com base no INPC/IBGE do período de 04/2024 a 03/2025, a ser concedido a partir da publicação no Diário Oficial do Município ou outro meio válido para dar publicidade.

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
13.301.10.302.5005.464498	1.6.00	33.90.30

João Pessoa - PB, 15 de Maio de 2025.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 028D-DDC6-D4B4-501C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 15/05/2025 16:23:22 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/028D-DDC6-D4B4-501C>







**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº**  
**11.052/2024/SEINFRA**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.066/2023**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, representado pelo Secretário de Infraestrutura Sr. Rubens Falcão da Silva Neto.

**CONTRATADO:** AM3 ENGENHARIA LTDA CNPJ 16.628.118/0001-07

**INSTRUMENTOS VINCULANTES:** Protocolo Nº 30.168/2025, Concorrência Pública nº 11.066/2023, Contrato nº 11.052/2024.

**OBJETO DO CONTRATO:** A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM EM 04 RUAS NO BAIRRO DA PENHA EM JOÃO PESSOA/PB, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

**FUNDAMENTO:** Tal procedimento fundamentou-se no Art. 65 da Lei 8.666/93.

**OBJETO DO APOSTILAMENTO:** Constitui objeto deste Termo de Apostilamento o reajuste do Contrato nº 11.052/2024, de acordo com o índice do DNIT conforme disposto no item 16.2 do edital.

**RATIFICAÇÃO:** Permanecem em vigor e ratificadas as demais disposições do aludido Contrato que não conflitem com este Apostilamento.

João Pessoa, data da assinatura digital

RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



**VERIFICAÇÃO DAS**  
**ASSINATURAS**



Código para verificação: B688-6C8E-6358-ABF5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 14/05/2025 19:38:11 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B688-6C8E-6358-ABF5>



**PROCESSO Nº. 7.621/2024**

**1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 12.002/2024**

**1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 12.002/2024 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E A EMPRESA ETERNO PET CREMATÓRIO E SERVIÇOS LTDA.**

**1 – Do objeto**

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da Cláusula Quinta – Dos Recursos Orçamentários, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo Municipal Ambiental, para exercício de 2022, na classificação abaixo:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Órgão/Unidade Orçamentária	FR/STN	Elemento de Despesa
12.101.18.541.5294.124155	1500	3.3.90.30

**2 - Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

João Pessoa, PB, 15 de maio de 2025

ORDENADOR DE DESPESAS



**VERIFICAÇÃO DAS**  
**ASSINATURAS**



Código para verificação: 25D8-AA0E-9209-3220

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ WELISON ARAUJO SILVEIRA (CPF 008.XXX.XXX-75) em 15/05/2025 16:59:03 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/25D8-AA0E-9209-3220>

Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCAO DA SILVA NETO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B688-6C8E-6358-ABF5 e informe o código B688-6C8E-6358-ABF5

Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/25D8-AA0E-9209-3220 e informe o código 25D8-AA0E-9209-3220

**TERMO DE RATIFICAÇÃO****TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.262/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.533/2025**  
**[CHAVE CGM: T87G-051A-MK3W-L8PZ]**

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação do Artista ALBERTO BAKANA representado por ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GOIANA E REGIÃO - ACG - CNPJ: 11.470.807/0001-04, pelo valor estimado total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DO ARTISTA ALBERTO BAKANA, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 28 DE JUNHO DE 2025, DAS 19H ÀS 21H, EVENTO "POLOS DO SÃO JOÃO 2025", NO PONTO FINAL DO BAIRRO DOS NOVAIS, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 08 de Maio de 2025.

Antônio Marcus Alves de Souza  
Diretor Executivo da FUNJOPE



Assinado por: 1 pessoa: ANT NIO MARCUS ALVES DE SOUZA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F528-99AF-0021-6055> e informe o c digo F528-99AF-0021-6055

**VERIFICA O DAS  
ASSINATURAS**

C digo para verifica o: F528-99AF-0021-6055

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signat rios nas datas indicadas:

✓ ANT NIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 17:43:28 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verifica o por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F528-99AF-0021-6055>

**TERMO DE RATIFICA O**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITA O N  60.270/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N  12.197/2025**  
**[CHAVE CGM: B6MB-QZE3-Z401-4IBF]**

O Diretor Executivo da Funda o Cultural de Jo o Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribui es legais, com base nas informa es constantes no presente procedimento, embasado na solicita o do setor demandante e no Parecer da Assessoria jur dica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas altera es, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa t cnica para contrata o da Artista Repentista MARIA DA SOLEDADE LEITE - CPF XXX.960.634-XX, pelo valor estimado total de R\$ 3.000,00 (Tr s mil reais), cujo objeto   a CONTRATA O DA ARTISTA REPENTISTA MARIA DA SOLEDADE LEITE, PARA UMA APRESENTA O NO DIA 31 DE MAIO DE 2025, DAS 18H  S 19H, NA 4  FEIRA DE CORDEL, NO BUSTO DE TAMANDAR  - TAMBA , CONFORME SOLICITA O DO SETOR DEMANDANTE, em consequ ncia, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

Jo o Pessoa - PB, 14 de Maio de 2025.

Ant nio Marcus Alves de Souza  
Diretor Executivo da FUNJOPE



Assinado por: 1 pessoa: ANT NIO MARCUS ALVES DE SOUZA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FD18-2BB2-BE74-262D> e informe o c digo FD18-2BB2-BE74-262D

**VERIFICA O DAS  
ASSINATURAS**

C digo para verifica o: D5C0-5D78-988B-52B2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signat rios nas datas indicadas:

✓ ANT NIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 23:54:39 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verifica o por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/D5C0-5D78-988B-52B2>

**TERMO DE RATIFICA O**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITA O N  60.271/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N  11.211/2025**  
**[CHAVE CGM: 64U2-ADWA-ZR11-201R]**

O Diretor Executivo da Funda o Cultural de Jo o Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribui es legais, com base nas informa es constantes no presente procedimento, embasado na solicita o do setor demandante e no Parecer da Assessoria jur dica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas altera es, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa t cnica para contrata o do artista MAURICINHO DOS TECLADOS atrav s da pessoa jur dica MAURICIO DA SILVA NETO.11648402402 - CNPJ N  46.414.194/0001-72, pelo valor estimado total de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), cujo objeto   a CONTRATA O DO ARTISTA MAURICINHO DOS TECLADOS, PARA UMA APRESENTA O NO 27 DE JUNHO DE 2025, DAS 19H  S 21H, EVENTO "POLOS DO S O JO O 2025", NO LOTEAMENTO CIDADE VERDE - BAIRRO DAS IND STRIAS, CONFORME SOLICITA O DO SETOR DEMANDANTE, em consequ ncia, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

Jo o Pessoa - PB, 15 de Maio de 2025.

Ant nio Marcus Alves de Souza  
Diretor Executivo da FUNJOPE

**VERIFICA O DAS  
ASSINATURAS**

C digo para verifica o: FD18-2BB2-BE74-262D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signat rios nas datas indicadas:

✓ ANT NIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 23:56:44 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verifica o por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FD18-2BB2-BE74-262D>



TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.272/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.465/2025  
[CHAVE CGM: FXJ5-30FH-MVC6-7FTL]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação do TRIO XOTEANDO representado pela pessoa jurídica DANILO DINIZ CARNEIRO.066.017.794-31 – CNPJ 44.531.391/0001-46, pelo valor estimado total de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DO TRIO XOTEANDO, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO 27 DE JUNHO DE 2025, DAS 21H ÀS 23H, EVENTO "POLOS DO SÃO JOÃO 2025", NO LOTEAMENTO CIDADE VERDE - BAIRRO DAS INDÚSTRIAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 15 de Maio de 2025.

Antônio Marcus Alves de Souza  
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: C502-FDC6-978E-61F4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 15/05/2025 23:57:54 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C502-FDC6-978E-61F4>

TERMO DE RETIFICAÇÃO



PREFEITURA DE JOÃO PESSOA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO TERMO ADITIVO Nº. 003/2024 AO CONTRATO Nº. 11.004/2023  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 13.003/2023  
Processo Administrativo nº. 29.570/2024

OBJETIVO: Correção do prazo de execução do termo aditivo

NO TERMO ADITIVO Nº. 003/2024" no item 2. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA, e subitem 2.1.

ONDE LÊ-SE: "2.1.O acréscimo de Prazo de EXECUÇÃO é de 210 (duzentos e dez dias) dias para o prazo de execução do supracitado contrato. Perfazendo o novo prazo para execução para 19 de novembro de 2025.."

LEIA-SE: 2.1. O acréscimo de Prazo de EXECUÇÃO é de 210 (duzentos e dez dias) dias para o prazo de execução do supracitado contrato. Perfazendo o novo prazo para execução para 17 de junho de 2025.."

NO EXTRATO Nº. 1.178/2024 DO TERMO ADITIVO Nº 003/2024" no item 2. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA, e subitem 2.1.

ONDE LÊ-SE: "2.1.O acréscimo de Prazo de EXECUÇÃO é de 210 (duzentos e dez dias) dias para o prazo de execução do supracitado contrato. Perfazendo o novo prazo para execução para 19 de novembro de 2025.."

LEIA-SE: 2.1. O acréscimo de Prazo de EXECUÇÃO é de 210 (duzentos e dez dias) dias para o prazo de execução do supracitado contrato. Perfazendo o novo prazo para execução para 17 de junho de 2025.."

O presente termo de retificação serve unicamente para correção do prazo de vigência do termo aditivo com a empresa MONTBRAVO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA publicado no DIÁRIO 675/2024.

Luis Ferreira de Sousa Filho  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

João Pessoa, 14/05/2025



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 2918-61AA-BB73-E2EC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 15/05/2025 10:16:34 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2918-61AA-BB73-E2EC>

TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 12.002/2025  
QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO  
AMBIENTE E A AGÊNCIA DE  
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOÃO  
PESSOA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.806.721/0001-03, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Rua Diógenes Chianca, 1777 Água Fria, João Pessoa-PB CEP: 58053-900, Entidade Governamental representada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, doravante denominada CONCEDENTE ou simplesmente SEMAM ou SEMAM-JP, neste ato representada pelo Secretário Municipal, Sr. WELISON DE ARAÚJO SILVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 008.047.094-75 e a AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOÃO PESSOA, doravante denominada CONVENIENTE ou simplesmente INOVATEC-JP, Serviço Social Autônomo, CNPJ nº 48.702.129/0001-78, instituída pela Lei Municipal 14.821 de 22 de junho de 2023, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, com sede no Evolution Business Center, sala 1105 - 11º andar, situado na Avenida Rio Grande do Sul, no 1345, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB, CEP: 58.033-455, neste ato representado pelo seu Diretor-Presidente, Sr. EDVALDO VASCONCELOS VIEIRA ROCHA FILHO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em João Pessoa, CPF no 096.271.134-92, com lastro no Contrato de Gestão no 001/2023, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA e a AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DE JOÃO PESSOA, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA, sob nº 12.002/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

Desenvolver uma plataforma web modular, escalável e segura para a emissão, validação e gestão de Selos de Governança Climática Sustentável (SGCS), integrando módulos de cadastro de entidades, envio e validação semi-automatizada de documentos, emissão de selos digitais com autenticação via QR code, visualização pública e rankings dinâmicos, promovendo transparência, eficiência e incentivo às práticas sustentáveis, com arquitetura flexível para expansões futuras.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PLANO DE TRABALHO.

O Plano de Trabalho, passível de aditamento, durante o transcurso do presente instrumento, devidamente rubricado pelos participantes, integra e constitui parte indissociável deste Convênio, devendo conter os seguintes itens e metas e os seguintes descritores normativos:

- I. identificação do objeto a ser executado;
- II. metas a serem atingidas;
- III. Etapas ou fases da execução;
- IV. Previsão de início e fim da execução do objeto, bem como a conclusão das etapas ou fases programadas; cronograma de desembolso;
- V. Plano de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COOPERAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO.

As finalidades deste Convênio de Cooperação serão cumpridas mediante o desenvolvimento das metas e etapas propostas no respectivo Plano de Trabalho, anexo a este instrumento, devendo estar associadas aos Programas e/ou Projetos específicos a serem desenvolvidos, em conjunto ou isoladamente, observando o seguinte:

- I. O Objeto do presente Termo de Convênio será executado baseado na cooperação mútua entre os participantes, com vistas à efetiva realização do interesse comum, inexistindo qualquer interesse lucrativo ou vantagem econômica.
- II. Para a execução das atividades que perfazem o objeto deste instrumento, os participantes

- III. comprometem-se a elaborar as respectivas diretrizes regulamentares, registrando os planos de trabalho e programações das atividades, que porventura venham a ser realizadas, em atas de reuniões.
- IV. Caso haja a necessidade de formalização de instrumentos jurídicos diversos, a exemplo de contratos de prestação de serviços, os participantes se comprometem a proceder às respectivas formalizações, obedecendo às legislações vigentes.
- V. As finalidades deste Convênio de Cooperação serão cumpridas mediante o desenvolvimento das metas e etapas propostas no respectivo Plano de Trabalho, anexo a este instrumento, devendo estar associadas aos Programas e/ou Projetos específicos a serem desenvolvidos em conjunto, ou isoladamente, observando o seguinte:

- A) As partes concordam em celebrar o presente Convênio, reconhecendo a necessidade de flexibilidade e adaptação do plano de trabalho em resposta a novos aportes de crédito orçamentário que possam ocorrer durante a execução do projeto;
- B) Caso haja a disponibilização de novos recursos financeiros oriundos de crédito orçamentário que possam impactar o escopo, os prazos, os recursos ou outros elementos essenciais do plano de trabalho, as partes concordam em realizar as seguintes ações:
  - B1. As partes concordaram em realizar uma análise conjunta para determinar os impactos dos novos aportes de crédito orçamentário no plano de trabalho existente.
  - B2. Com base na análise conjunta mencionada no item “B1”, as partes concordaram em ajustar o plano de trabalho, conforme necessário, para acomodar os novos recursos financeiros, considerando quaisquer alterações nos objetivos, nas atividades, no cronograma, nos custos ou em outros elementos relevantes.
- C) Quaisquer alterações acordadas no plano de trabalho, como resultado dos novos aportes de crédito orçamentário, serão documentadas em um aditamento contratual ou emendas ao Convênio, de acordo com os procedimentos previamente estabelecidos pelas partes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS.

Para a execução do objeto deste Convênio dá-se o valor total de R\$207.500,00 (duzentos e sete mil e quinhentos reais), em conta corrente de convênio vinculada a este instrumento, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado, de acordo com o cronograma de desembolso e plano de aplicação, constantes no Plano de Trabalho.

- I. A órgão/entidade irá transferir, para execução do presente Convênio, de acordo com o Cronograma de Desembolso e Plano de Aplicação constantes no Plano de Trabalho, correndo a despesa à conta da dotação discriminada abaixo:

Classificação orçamentária: 12301.18.541.5381.592842

Elemento de despesa: 335085

Fonte de recursos: 1.7.59

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS.

Os Recursos Financeiros de responsabilidade da CONCEDENTE órgão/entidade serão repassados à CONVENIENTE (INOVATEC-JP), no valor total de R\$207.500,00 (duzentos e sete mil e quinhentos reais), de acordo com o disposto no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, recursos estes assegurados através das reservas orçamentárias descritas.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Esses recursos serão movimentados mediante Conta Específica, aberta pelo CONVENIENTE, e informado à CONCEDENTE quando da solicitação, no tocante a utilização dos recursos.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Os recursos serão liberados em um único empenho, sendo esse destinado 10% para a Despesa Operacional Administrativa (DOA) e os 90% para o total do projeto.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS.

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos participantes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.**SUBCLÁUSULA ÚNICA** – É vedada a CONVENIENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

- I. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- II. Realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;
- III. Executar pagamento em data posterior à vigência deste Termo, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Convênio;

Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tlcc.com.br/verificacao/OCCIE-BBEB-AEEB-DD07> e informe o código OCCIE-BBEB-AEEB-DD07



Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tlcc.com.br/verificacao/OCCIE-BBEB-AEEB-DD07> e informe o código OCCIE-BBEB-AEEB-DD07



Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tlcc.com.br/verificacao/OCCIE-BBEB-AEEB-DD07> e informe o código OCCIE-BBEB-AEEB-DD07



Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tlcc.com.br/verificacao/OCCIE-BBEB-AEEB-DD07> e informe o código OCCIE-BBEB-AEEB-DD07





- IV. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora de prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes na transferência de recursos pela órgão/entidade, e desde que os prazos para o pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- V. Realizar despesas a título de administração de gerência ou similar;
- VI. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;
- VII. Transferir recursos liberados pela CONVENENTE, no todo ou em parte, à conta que não aquela vinculada ao presente Convênio;
- VIII. Celebrar contratos, convênios ou outros tipos de parceria com entidades impedidas de receber recursos municipais;
- IX. Subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente Convênio, salvo se permitidas neste instrumento ou em norma correlata, bem como se houver anuência expressa da CONVENENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA COORDENAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO.

A coordenação deste Convênio pela INOVATEC-JP ficará sob a responsabilidade do Sr. Edvaldo Vasconcelos Vieira da Rocha Filho. A **CONCEDENTE** deverá designar, oportunamente, através de Portaria, um servidor para coordenar o presente Convênio.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPEIS.

Sem prejuízo das demais cominações legais, constituem compromisso dos partícipes:

Compete à **CONCEDENTE**:

- a) Executar as atividades de sua responsabilidade, previstas no Plano de Trabalho, observando os padrões vigentes e prazos fixados;
- b) Designar um representante para realizar o acompanhamento e a interlocução das ações propostas entre as partes, visando a execução do presente CONVÊNIO, bem como propor soluções a questões técnicas e administrativas, que eventualmente ocorram;
- c) Realizar repasse dos recursos financeiros à INOVATEC-JP, conforme normas estabelecidas em suas CLÁUSULAS QUARTA E QUINTA;
- d) Assegurar e repassar, em tempo hábil, os recursos materiais e financeiros necessários à execução das atividades do projeto, conforme especificado no Plano de Trabalho anexo;
- e) Administrar, operacionalizar, acompanhar e avaliar permanentemente o desempenho de todas as atividades relativas à execução do objeto deste instrumento;
- f) Promover avaliação dos resultados obtidos.

Compete a **INOVATEC-JP**:

- a) Movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Convênio em conta bancária específica, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio;
- c) Não utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- d) Dar apoio técnico ao desenvolvimento das ações a serem implementadas, no que se refere à realização e acompanhamento de resultados, envolvendo gestores de projetos e o capital humano técnico competente;
- e) Executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aceito pela **CONCEDENTE**, adotando as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- f) Submeter previamente à **CONCEDENTE** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- g) Preservar os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio, após a conclusão de sua execução, que permanecerão sob a titularidade do Conveniente, com liberdade para utilizá-los, destiná-los ou dispor deles conforme sua conveniência salvo disposição em contrário expressamente prevista neste instrumento.
- h) Manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;
- i) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- j) Manter a **CONCEDENTE** informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo e prestar informações, a qualquer tempo, sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- k) Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato a **CONCEDENTE**;
- l) Manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pelo Município de manifestações dos cidadãos relacionadas ao Termo de

Convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

m) Apresentar relatórios de execução físico-financeira.

#### CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.

Os direitos de propriedade intelectual advindos de toda e qualquer ação de cooperação prevista neste Convênio serão de titularidade compartilhada entre as Partes ou de outra forma entre elas acordada, em instrumento jurídico específico ulterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA AÇÃO PROMOCIONAL.

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento será obrigatoriamente destacada a participação da **CONCEDENTE** e da INOVATEC-JP.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** – Fica vedado aos partícipes utilizar, nas atividades resultantes do Projeto/Atividades, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO.

Para a consecução do objeto previsto na CLÁUSULA PRIMEIRA deste Instrumento, a **CONCEDENTE** se reserva ao direito de acompanhar e fiscalizar o objeto deste Instrumento por um Fiscal, a ser tempestivamente designado.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – O Fiscal do Convênio anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, comunicando à INOVATEC-JP, em tempo hábil, as medidas convenientes a serem adotadas.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – A **CONVENENTE** permitirá o livre acesso de servidores dos Órgãos de Controle Interno e Externo, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de acompanhamento, avaliação e fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES.

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta da **CONVENENTE**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **CONCEDENTE** para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá a **CONVENENTE** demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente da **CONCEDENTE**, integrará o Plano de Trabalho.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – A **CONVENENTE** estará sujeita a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos provenientes deste convênio.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – A prestação de contas financeiras consiste no procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do presente instrumento, devendo o registro e a verificação da conformidade financeira ser realizado durante todo o período de execução do instrumento.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** – A prestação de contas, parcial ou final, será analisada e avaliada na unidade técnica responsável da **CONCEDENTE**, que emitirá parecer abordando os seguintes aspectos:

- Técnico - quanto à execução física e alcance dos objetivos do convênio, podendo o setor competente valer-se de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto a autoridades públicas do local de execução do convênio;

Assinado por 1 pessoa: NELSON ARAUJO SILVEIRA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/OCOE-BREB-AEEB-D9D7> e informe o código OCOE-BREB-AEEB-D9D7



Assinado por 1 pessoa: NELSON ARAUJO SILVEIRA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/OCOE-BREB-AEEB-D9D7> e informe o código OCOE-BREB-AEEB-D9D7



Assinado por 1 pessoa: NELSON ARAUJO SILVEIRA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/OCOE-BREB-AEEB-D9D7> e informe o código OCOE-BREB-AEEB-D9D7



Assinado por 1 pessoa: NELSON ARAUJO SILVEIRA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/OCOE-BREB-AEEB-D9D7> e informe o código OCOE-BREB-AEEB-D9D7





- Financeiro - quanto ao bom e regular emprego dos recursos do convênio.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** – A prestação de contas técnica consiste no procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** – A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência e será composta além dos documentos e informações prestadas pela INOVATEC-JP, pelo seguinte:

- I. Relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;
- II. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- III. Termo de compromisso por meio do qual a INOVATEC-JP se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

**SUBCLÁUSULA SEXTA** – Quando a prestação de contas não for enviada no prazo estabelecido neste instrumento, a **CONCEDENTE** estabelecerá o prazo adicional de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** – A **CONCEDENTE** informará o recebimento da prestação de contas, cuja análise:

- I. Para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, com base nas informações contidas nos documentos relacionados nos incisos da **SUBCLÁUSULA QUINTA** desta Cláusula;
- II. Para avaliação da conformidade financeira, será feita ao final do período de vigência do instrumento, devendo constar no parecer final de análise da prestação de contas, somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo.

**SUBCLÁUSULA OITAVA** – A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução do objeto, conterá os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do Convênio.

**SUBCLÁUSULA NONA** – Antes da tomada da decisão final, caso seja constatada irregularidades na prestação de contas ou na comprovação de resultados, a **CONCEDENTE** notificará a **CONVENIENTE** para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA** – A **CONCEDENTE** terá o prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogável por igual período, contado da data do recebimento, para analisar conclusivamente a prestação de conta, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A análise da prestação de contas pela **CONCEDENTE** poderá resultar em:

- I. Aprovação;
- II. Aprovação com ressalvas, quando evidenciada improbidade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou
- III. Rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam exauridas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS.**

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, a INOVATEC-JP, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da **CONCEDENTE**, obriga-se a recolher à conta única, em favor da mesma:

- I. O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;
- II. O valor total transferido pela **CONCEDENTE**, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
- A) Quando não for executado o objeto deste Convênio, excetuada a hipótese em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, caso em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas

aplicações financeiras realizadas;

- B) Quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento;
- C) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- D) Quando o cometimento da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte em dano ao erário.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pela **CONCEDENTE**, independentemente da época em que foram aportados.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A inobservância ao disposto nesta Cláusula ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial, em consonância com o Decreto nº. 11.531 de 16 de maio de 2023.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido à extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pela **CONCEDENTE** e **CONVENIENTE**, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA.**

O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar partir da sua assinatura, podendo ser renovado na forma da legislação vigente.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - A vigência do convênio deverá ser prorrogada, de ofício, quando ocorrer atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO.**

O presente Convênio poderá ser rescindido, independentemente do instrumento de sua formalização ou por interpretação judicial ou extrajudicial, pela inobservância de quaisquer de suas Cláusulas ou condições pactuadas, ou pela superveniência de norma legal ou eventos que o tornem material e formalmente inexecutável, ou ainda, pela denúncia de um dos participantes, mediante prévia e expressa notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo pedido.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO.**

Para a solução de quaisquer controvérsias porventura oriundas da execução deste Convênio, em relação às quais não for possível uma composição amigável, as partes elegem o FORO da Justiça Estadual da Paraíba, em João Pessoa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

João Pessoa – PB, 13 de maio de 2025.

Pela **AGÊNCIA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOÃO PESSOA - INOVATEC-JP**:

Edvaldo de Vasconcelos Vieira da Rocha Filho  
Diretor Presidente INOVATEC-JP

Pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA / SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**:

Welison de Araújo Silveira  
Secretário Municipal de Meio Ambiente

**TESTEMUNHAS:**

Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/OCE-BBEB-AEEB-D9D7> e informe o código OCE-BBEB-AEEB-D9D7



Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/OCE-BBEB-AEEB-D9D7> e informe o código OCE-BBEB-AEEB-D9D7



Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/OCE-BBEB-AEEB-D9D7> e informe o código OCE-BBEB-AEEB-D9D7



Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.tdoc.com.br/verificacao/OCE-BBEB-AEEB-D9D7> e informe o código OCE-BBEB-AEEB-D9D7







VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 0C0E-B8EB-AEEB-D9D7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ WELISON ARAUJO SILVEIRA (CPF 008.XXX.XXX-75) em 15/05/2025 16:56:49 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0C0E-B8EB-AEEB-D9D7>

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
CHAVE CGM:1S1D-16WU-7QWX-HLCI

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.003/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35.709/2024

UASG: 982051

Nº LICITAÇÃO COMPRAS: 91103/2025

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para a Execução de Serviços de Ampliação Reforma Manutenção do CMEI Criança Feliz João Pessoa - PB

Com base nas informações constantes no processo administrativo, relatório do pregoeiro, bem como Termo de Julgamento expedido pelo sistema do [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e considerando Instrução Normativa nº 73 de 2022, do Portal de Compras no artigo 44, o disposto do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, bem como o artigo 57 do Decreto Municipal nº 10.372/2023, ADJUDICO e HOMOLOGO o procedimento licitatório do Pregão acima identificado, em favor da empresa a qual fora vencedora do item descritos abaixo:

EMPRESA	ITEM	VALOR
CONSTRUTORA DANTAS E SERVICOS RAF AEL MOREIRA LTDA CNPJ: 97.519.353/0001-34	01	R\$ 914.079,88 (NOVECIENTOS E QUATORZE MIL E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário de Infraestrutura

Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCAO DA SILVA NETO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/4926-F9B1-1374-60C3>



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 4926-F9B1-1374-60C3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 16/05/2025 09:11:18 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: AC CNIL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/4926-F9B1-1374-60C3>



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
ERRATA

PROCESSO Nº 278/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62.006/2025  
COMPRAS.GOV Nº: 90011/2025  
OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUVAS, AVENTAIS, MÁSCARAS E OUTROS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS.  
CHAVE CGM: 3WPE-7ESJ-9RUP-UTR7

Com base nas informações constantes no Processo nº. 278/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº. 62.006/2025, em cumprimento aos termos, com base no inciso IV, art. 71, da Lei nº. 14.133/2021: **Onde se lê:** perfazendo o valor global de R\$ 844.420,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e vinte reais). **Leia-se:** perfazendo o valor global de R\$ 844.420,20 (oitocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais e vinte centavos). Ressaltamos que os demais atos se encontram inalterados.

João Pessoa, 15 de maio de 2025.

Quintino Regis de Brito Neto  
Diretor Geral do ICV



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: C648-95D1-A615-F26C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 15/05/2025 15:15:08 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C648-95D1-A615-F26C>

Assinado por 1 pessoa: QUINTINO REGIS DE BRITO NETO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C648-95D1-A615-F26C>